

# Diário do Legislativo de 03/06/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

### LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

### LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

### LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

### LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente  
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado Padre PT  
João

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander BPS  
Borges

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Delvito DEM  
Alves

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente  
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente  
Guedes

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Wander BPS  
Borges

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputada Almir Paraca PT

Deputado Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente  
Uejo

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputada Padre PT  
João

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Delvito DEM  
Alves

MEMBROS SUPLENTEs:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente  
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente  
Araújo

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Dimas PP  
Fabiano

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente  
Malheiros

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP  
Pereira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

Deputado Tiago BPS  
Ulisses

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro

Deputado Delvito DEM  
Alves

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente  
Ângelo

Deputado BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Ruy Muniz DEM

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputada Maria Lúcia DEM  
Mendonça

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria DEM Presidente  
Lúcia Mendonça

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente  
Marra

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputada Rosângela BPS  
Reis

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Juarez BPS  
Távora

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo DEM  
Moreira

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Avelar	Fábio BPS	Presidente
Deputado Souza Cruz	Sávio PMDB	Vice-Presidente
Deputado Barbosa	Irani BSD	
Deputado Paraca	Almir PT	
Deputado Pereira	Gil PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Malheiros	Délio BPS	
Deputado Lopes	Adalclever PMDB	
Deputado Moreira	Célio BSD	
Deputado Gomes	Carlos PT	
Deputado Jangrossi	Vanderlei PP	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Souza Cruz	Sávio PMDB	Presidente
Deputado Valadares	Gustavo DEM	Vice-Presidente
Deputado Aloise	Rêmolo BSD	
Deputado Moreira	Célio BSD	
Deputado Ulisses	Tiago BPS	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lopes	Adalclever PMDB	
Deputado Nascimento	Elmiro DEM	
Deputado Magalhães	Ronaldo BSD	
Deputado	Luiz BSD	

Humberto Carneiro

Deputado Wander BPS  
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Maria DEM  
Lúcia Mendonça

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente  
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente  
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Chico BPS  
Uejo

Deputado Carlos PT  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente  
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente  
Magalhães

Deputada Ana BSD  
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Dimas PP  
Fabiano

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente  
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Ruy DEM  
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Rêmol BSD  
Aloise

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente  
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Tenente PDT  
Lúcio

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PT  
Ângelo

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Walter BSD Vice-Presidente  
Tosta

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Elmiro DEM

Nascimento

Deputado Cecília PT  
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputada Maria Lúcia DEM  
Mendonça

Deputado André PT  
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente  
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente  
Diniz

Deputado Irani BSD  
Barbosa

Deputado Rêmolo BSD  
Aloise

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Juarez BPS  
Távora

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Juninho BSD  
Araújo

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente  
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado Braulio BSD  
Braz

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT  
Silveira Jr.

Deputado Zezé BSD  
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Cecília PT  
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputado Padre João PT

Deputado Gil Pereira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Durval PT  
Ângelo

Deputado Dimas DEM  
Fabiano

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATA

## ATAS

### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, EM 21/5/2009

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado João Leite, membro da supracitada Comissão. O Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Minas Gerais, - OAB-MG -, em que indica o Sr. Adilson Geraldo Rocha para acompanhar os trabalhos da Comissão, e do Desembargador Joaquim Alves de Andrade, Coordenador do Projeto Novos Rumos na Execução Penal do Tribunal de Justiça, publicada no "Diário do Legislativo" de 15/5/2009. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Adilson Geraldo Rocha, Conselheiro e Presidente da Comissão de Assuntos Penitenciários da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Minas Gerais, - OAB-MG -, e a Sra. Marlene Alves de Almeida Silva, Ouvidora do Sistema Penitenciário de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se, nesse momento, a presença dos Deputados Vanderlei Miranda e Wander Borges, membros da Comissão. A Presidência faz uso da palavra para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2009.

João Leite, Presidente - Wander Borges - Durval Ângelo.

### ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, EM 29/5/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o tema atinente à Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Fabiano Torres Bastos, Coordenador de Política Prisional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em que indica o Sr. Gilvan de Oliveira Machado para representar o órgão nesta reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Paulo César Penido Coelho, Juiz da Vara de Execução Criminal de Governador Valadares; Elisa Maria Costa, Prefeita de Governador Valadares; Dilene Guimarães Dileu, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares; Deputado Federal Leonardo Monteiro; Ingrid Veloso Soares do Val, Promotora da Vara de Execução Criminal de Governador Valadares; Gilvan de Oliveira Machado, representando o Sr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral do Estado; Alexandre Martins da Costa, da Diretoria de Articulação do Atendimento Jurídico e Apoio Operacional Sape-Seds; Marlene Alves de Almeida Silva, da Ouvidoria do Sistema Penitenciário de Minas Gerais; Gilson Magalhães Campos, representando a Sra. Cláudia Edna Calhau de Castro e Andrade, da Coordenadoria do Núcleo de Gestão Prisional da Polícia Civil; Luiz Alves Lopes, Coordenador do Núcleo Jurídico da Execução Penal da Fadvale; Patrícia Galdeano, representando a Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB-MG; Vereadora Cida Pereira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Governador Valadares; Marcelo França, Presidente da OAB-Governador Valadares, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Durval Ângelo e Wander Borges, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2009.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo.

## ORDENS DO DIA

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.723/2007, do Deputado Wander Borges, que estabelece a Política Estadual Habitacional de Interesse Social. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Assuntos Municipais opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4, pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação das Emendas nºs 1 e 5 na forma das Subemendas nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.856/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 6.817, de 5/7/76, a transferi-lo à sua incorporadora, Coopervás - Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.771/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.858/2008, do Governador do Estado, que autoriza a desafetação de parte da área da Reserva Biológica Serra Azul, criada pelo Decreto nº 39.950, de 10/10/98. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 3/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir o aumento do número de clínicas odontológicas que apresentam condições sanitárias inadequadas, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 3/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.187/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.850 e 3.869/2009, da Comissão de Participação Popular; 3.909/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.918/2009, do Deputado Almir Paraca; e 3.938/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 3/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.289/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.326/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.261/2009, do Deputado Hely Tarquínio.

Requerimentos nºs 3.876/2009, da Deputada Gláucia Brandão; 3.875/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.905/2009 e 3.925/2009, do Deputado Wander Borges.

Finalidade: reunião de audiência pública com convidados, para conhecer os trabalhos realizados pelo Núcleo de Esportes de Base da Universidade Federal de Viçosa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 3/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.840 e 3.841/2009, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e 3.862/2009, da Comissão de Participação Popular.

Finalidade: audiência pública com a finalidade de discutir a construção de pequenas centrais hidrelétricas - PCHs - no Rio Santo Antônio, em Ferros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 3/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 3/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.142/2009, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.044/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, e 3.240/2009, do Deputado Fahim Sawan.

Requerimentos nºs 3.812/2009, da Comissão de Participação Popular, 3.906/2009, do Deputado Wander Borges, 3.920/2009, do Deputado Célio Moreira, e 3.932, 3.933/2009, da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 3/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.872/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 3.008 e 3.057/2009, do Governador do Estado; 3.089/2009, do Deputado José Henrique; 3.188/2009, do Governador do Estado; 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.936/2008, do Governador do Estado; 2.987/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.316/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.910/2009, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 3/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.559, 3.220 e 3.274/2008, do Deputado Wander Borges, 3.275/2009, do Deputado Carlos Gomes, 3.278/2009, do Deputado Gilberto Abramo, e 3.315/2009, do Deputado Tenente Lúcio.

Requerimentos nºs 3.898/2009, do Deputado Eros Biondini, 3.907 e 3.908/2009, do Deputado Wander Borges, e 3.923/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.292/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Requerimentos nºs 3.896/2009, do Deputado Chico Uejo; 3.900 a 3.904/2009, do Deputado Neider Moreira; 3.919/2009, da Deputada Ana Maria Resende; 3.935 a 3.937/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 3/6/2009, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.723/2007, do Deputado Wander Borges, que estabelece a Política Estadual Habitacional de Interesse Social; 1.856/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 6.817, de 5/7/76, a transferi-lo à sua incorporadora, Coopervás - Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda; 2.177/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências; 2.771/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007, e dá outras providências; 2.858/2008, do Governador do Estado, que autoriza a desafetação de parte da área da Reserva Biológica Serra Azul, criada pelo Decreto nº 39.950, de 10/10/98; 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé os imóveis que especifica; 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006; e 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 2 de junho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/6/2009, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 16/2007, do Deputado Eros Biondini, do Projeto de Lei nº 2.966/2009, do Governador do Estado, de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.256/2009, do Deputado Délio Malheiros, de votar os Requerimentos nºs 3.813 a 3.821/2009, da Comissão de Participação Popular, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2009.

Fábio Avelar, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Vanderlei Miranda, Delvito Alves e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/6/2009, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir o Sr. Cloves Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, que prestará esclarecimentos sobre a atuação da Subsecretaria Antidrogas e a relação desta Subsecretaria com a execução das penas no Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2009.

João Leite, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Vanderlei Miranda, Delvito Alves e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/6/2009, às 10 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora, com a finalidade de

debater em audiência, com diversos convidados, o tema atinente à Comissão; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2009.

João Leite, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.121/2009

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Renascer para a Vida, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.121/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Renascer para a Vida, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso, que tem como finalidade precípua prestar assistência às pessoas dependentes de substâncias químicas.

Na consecução de seu propósito, a entidade mantém atividades de laborterapia e terapia ocupacional; busca a reintegração de seus assistidos na sociedade; mantém serviços de assistência médica e dentária; promove ações nas áreas da educação e do lazer; celebra convênios com órgãos públicos e entidades privadas para alcançar suas metas.

Por buscar a melhoria da qualidade de vida dos seus assistidos, tentando assegurar-lhes integridade e dignidade, a instituição é merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.121/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2009.

Carlos Pimenta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.256/2009

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do Deputado Délio Malheiros, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Recuperação e Proteção Ambiental de Minas Novas - Arpa-MN -, com sede no Município de Minas Novas.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.256/2009 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação de Recuperação e Proteção Ambiental de Minas Novas, entidade sem fins lucrativos que tem como finalidade precípua lutar pela preservação do meio ambiente.

Com esse propósito, apoia a Polícia Militar do Meio Ambiente na região de Minas Novas, fornecendo, dentro de suas condições, a logística necessária para o cumprimento de suas atividades, combate os atos de degradação da natureza, promove a recuperação de locais degradados e ameaçados, por meio de educação ambiental, prestação de serviços e pesquisa científica e realiza palestras, debates e cursos para a capacitação de seus membros e das comunidades envolvidas em situações de agressão ao meio ambiente.

Em face dessas considerações, é oportuna a intenção de se conceder à Associação de Recuperação e Proteção Ambiental de Minas Novas a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.256/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2009.

Fábio Avelar, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.261/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Hely Tarquínio, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Projeto Esporte Solidário, com sede no Município de Viçosa.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.261/2009 pretende declarar de utilidade pública o Projeto Esporte Solidário, com sede no Município de Viçosa, entidade de caráter desportivo, sem fins lucrativos, que tem como objetivo a difusão do civismo e da cultura física, principalmente o esporte amador na modalidade de futebol.

Tem como finalidade principal, portanto, promover atividades esportivas amadoras especializadas, incluindo o futebol feminino, visando à competição esportiva e à integração social da comunidade. Ademais, procura, dentro do espírito de cooperação e confraternização, desenvolver ações no campo social, cultural e do lazer.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.261/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.280/2009

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a instituição Transplantes pela Vida em Minas Gerais – Transvida-MG –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.280/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública a instituição Transplantes pela Vida em Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte, que tem como finalidade precípua fomentar ações visando à melhoria dos procedimentos de transplante de órgãos e tecidos humanos.

Na consecução de seu propósito, a entidade estabelece parcerias para realização de eventos e campanhas educativas que possam desmistificar o tratamento desse tema e sensibilizar a população para a importância da doação de órgãos e tecidos, além de proporcionar apoio material, medicamentos e hospedagem para pacientes e acompanhantes mais necessitados.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.280/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2009.

Doutor Rinaldo, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.289/2009

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Esporte Clube Conceição, com sede no Município de Conceição do Mato Dentro.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.289/2009 objetiva declarar de utilidade pública o Esporte Clube Conceição, com sede no Município de Conceição do Mato Dentro, fundado em 1946, que tem por escopo a difusão do civismo e da cultura física.

Com esse propósito, incentiva a difusão do esporte por meio da sua prática em diversas modalidades, além da realização de reuniões, torneios e competições, buscando criar hábitos de vida saudável e integrar seus associados à comunidade.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.289/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2009.

Gláucia Brandão, relatora.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.292/2009

##### Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

#### Relatório

De autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Cidades, com sede no Município de Ipatinga.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.292/2009 tem por escopo declarar de utilidade pública o Instituto Cidades, com sede no Município de Ipatinga, que tem por escopo implementar a recuperação urbanística e estética de cidades e comunidades e a resolução de seus problemas mais prementes.

Com esses propósitos, incentiva a adoção de legislações locais regulatórias urbanas e ambientais de cunho conservacionista, para promover o resgate histórico, cultural, ambiental e urbanístico, defende a preservação dos patrimônios locais, fomenta o turismo, o desenvolvimento econômico e social e a geração de renda sustentável. Além disso, incentiva novos modelos de sistemas alternativos de produção, comércio, trabalho e emprego, identifica e estimula vocações empreendedoras, criando oportunidades para a potencialização de habilidades e competências, promove a educação, a cultura, a capacitação de jovens e adultos, a atualização e difusão de saberes e a profissionalização e defende valores como ética, cidadania, voluntariado, direitos humanos e democracia.

Em face dessas considerações, é oportuna a intenção de conceder ao Instituto Cidades a pretendida declaração de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.292/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2009.

Cecília Ferramenta, relatora.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.326/2009

##### Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

#### Relatório

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Profissionais de Educação Física de Ouro Fino - Apef -, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.326/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Profissionais de Educação Física de Ouro Fino, entidade de caráter desportivo, educacional, cultural e filantrópico, sem fins lucrativos, que tem como objetivo incentivar o esporte de modo geral.

Tem como finalidade principal promover atividades esportivas, visando à integração social e estimulando o espírito técnico, pedagógico e solidário dos profissionais da área. Ademais, incentiva crianças e jovens para a iniciação e o aperfeiçoamento da prática esportiva.

Diante dessas considerações, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.326/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 2 de junho de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 27/5/2009

O Deputado Célio Moreira\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha das galerias e pela TV Assembleia, há um tempo de plantar e um tempo de colher. Essa deveria ser a lógica a mover a vida, mas ela não se aplica a uma categoria: a dos aposentados e pensionistas deste país, que tinham a defesa intransigente do candidato Lula quando este ansiava pela Presidência. O então candidato chegou a prometer que, quando estivesse no poder, faria com que os aposentados tivessem vida digna; garantiu que seu governo proporcionaria aos nossos aposentados e pensionistas um padrão de vida como o da Europa, onde os idosos têm o privilégio de circular de um país a outro, com qualidade de vida decente.

Mas o vento parece ter levado não apenas as palavras, mas também os ideais do Presidente, que vem urdindo nos bastidores todo tipo de artimanha para impedir a instauração no País de uma política que venha, já com considerável atraso, corrigir as injustiças impostas à categoria, em sua maioria tão sofrida. Enquanto nossos aposentados e pensionistas empobrecem, grandes empreendimentos são erguidos em paraísos tropicais no Norte brasileiro, para acolher europeus que aqui podem vir desfrutar uma terceira idade saudável, cheia de energia, de dólares e de euros.

Ontem, na sessão plenária em que deveria ter sido votado veto do Presidente à proposta que reajustou todas as aposentadorias, em 2006, com o mesmo índice de correção do salário mínimo, nada foi decidido. A votação foi adiada para o dia 8 de julho.

Relembrando, em 2006, o governo concedeu reajuste de 5% para os benefícios acima de um salário mínimo, mas a Câmara dos Deputados elevou o índice para 16,67%, igualando o reajuste ao concedido ao salário mínimo na época, o que provocou o veto do Presidente Lula, com o argumento de que o governo não tem como arcar com os custos.

O que é gratificante observar em todo este contexto é o exemplo de determinação e coragem que nossos aposentados e pensionistas vêm demonstrando em sua luta quase solitária contra a política impositiva do governo federal, que quer lançá-los em um abismo financeiro sem precedente. Destemidos, com bravura, esses irmãos que já deram sua contribuição para o País, acreditando na sinceridade do propósito da instituição INSS, estão indo à luta. E cerca de mil aposentados e pensionistas ocuparam o Plenário da Câmara dos Deputados para pressionar os parlamentares a derrubar o veto do Presidente, e ameaçaram dormir nas galerias. Depois de negociada uma nova data para a votação do veto, entre o Senador Paulo Paim e o Presidente da Casa, Deputado Michel Temer, é que abandonaram o posto. Mas deixam claro que querem mais: que Deputados e Senadores coloquem em pauta outros projetos, entre eles o que extingue o fator previdenciário e o que equipara o reajuste de todos os benefícios da Previdência Social ao salário mínimo. Trata-se de uma luta difícil, porque, desde que os projetos que beneficiam os aposentados foram retirados da gaveta do Senado e aprovados, o governo e seus asseclas vêm articulando a obstrução de todas as tentativas de recuperar os salários dos aposentados, com alegação de que elevariam demais os gastos com a aposentadoria.

A rejeição de um veto presidencial, é bom que se lembre, exige o voto de três quintos dos parlamentares de cada Casa, em votação secreta, com Deputados e Senadores juntos. Paim reivindica a votação do Projeto de Lei nº 1, de 2007, que institui uma política de recomposição do salário mínimo até 2011, baseada no crescimento real de acordo com o PIB de dois anos atrás. O projeto recebeu no Senado emenda que estende o reajuste aos benefícios previdenciários. Como o governo não aceita a proposta, o projeto não tem andamento.

No País das MPs, a cada ano é editada uma medida provisória para tratar do salário mínimo. O Presidente da Casa comprometeu-se a colocar o projeto em votação na primeira ou na terceira semana de junho, em um intervalo de MPs que trancam a pauta. Embora saibamos que o mundo vive um momento de declínio financeiro e que o Brasil foi atingido em cheio pela marolinha, refletida já em demissões em massa em setores importantes da economia, não há dúvida de que é este o momento de pressionarmos os partidos políticos para que eles orientem suas bancadas na Câmara a aprovar os projetos que recuperam os ganhos dos aposentados.

E a categoria tem também que continuar mobilizada, manifestando sua indignação, porque as eleições virão e nossos parlamentares federais precisam saber que perderão votos se forem contrários aos aposentados - tanto os Deputados Federais quanto os Senadores. Eles perderão votos se não caminharem ao lado dos aposentados.

A questão dos idosos diz respeito a direitos humanos e a saúde pública. Nossa gente precisa ter condições de viver com dignidade. Não podemos aceitar o argumento de que a extinção do fator previdenciário traria desequilíbrio aos investimentos do País.

Sabemos que a maior pressão fiscal sobre o Orçamento da União não é feita pelos gastos sociais, mas pelo pagamento de juros e serviços da dívida pública, que consome cerca de 36% do PIB brasileiro. Os aposentados têm contra si não apenas o governo, que procura manipular suas bases para votarem contra os projetos. Posicionamento igual têm também entidades patronais, que protestam principalmente contra a extinção do fator previdenciário, com o argumento de que cria o risco de queda nos investimentos. O novo cálculo proposto para a aposentadoria prevê a soma do tempo de contribuição com a idade. Essa soma, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, deve atingir 85 anos para as mulheres e 95 anos para os homens. Se o cidadão tem 65 anos, terá que ter 30 de contribuição para alcançar a aposentadoria integral.

Há também a argumentação de economistas de que o fator previdenciário, nos moldes em que é aplicado, reduziu em R\$10.000.000.000,00 os gastos do INSS nos últimos sete anos e de que seu fim provocaria o desabamento dos investimentos públicos, especialmente no setor de transportes.

Como veem, os três projetos que beneficiam os aposentados têm gerado grande polêmica, especialmente porque o governo teme aumento de gastos e consequente prejuízo aos cofres públicos. A aprovação das propostas que tramitam no Congresso sobre aposentados levaria o governo a desembolsar o equivalente a um quarto, 25%, do PIB. Não foi à toa que, quando o Senado aprovou os projetos do Senador Paulo Paim, a equipe econômica do governo entrou em pânico. Não é justo, no entanto, que os aposentados continuem pagando uma conta que não é deles. Não é aceitável que, depois de contribuírem sobre um número "x" de salários mínimos, tenham agora de ver seus ganhos achatados dia a dia. Isso para proteger a economia de um País que demonstra, cotidianamente, que não sabe gastar.

Portanto, meus amigos, minhas amigas, colegas, Deputado Eros Biondini, é imperioso que nós, políticos, e os aposentados nos mobilizemos em torno dessa questão. Precisamos ir das palavras às ações. Proponho hoje neste Plenário que, em 8 de julho, os aposentados de Minas, os filhos de aposentados, as esposas e as companheiras de aposentados se juntem em uma grande mobilização contra a manutenção de veto do Presidente. Vamos fazer barulho, mostrar nosso descontentamento nesta Casa, na Praça das Bandeiras. Vamos dar nosso grito de basta. Convido também as ONGs, as associações de aposentados, os conselhos, a Sociedade São Vicente de Paulo, a qual desempenha importante papel na acolhida aos nossos idosos, a se somarem ao grito em favor dos nossos idosos.

Quero pedir a todos os parlamentares representantes dos segmentos católicos, evangélicos e espíritas desta Casa que movimentem suas igrejas para que apoiem e participem dessa mobilização. Além disso, aos padres e pastores, às professoras e aos professores que também trabalhem nessa mobilização, tendo em mente que essa não é apenas a luta de uma classe e de um segmento da sociedade, mas de todos nós.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, com Diretoras de escola e aposentados já discutimos em audiência pública nesta Casa, e voltaremos a discutir, a questão do salário dos aposentados da educação.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado Célio Moreira, quero parabenizá-lo por essa reflexão. V. Exa. está nos remetendo a uma reflexão muito séria. O Parlamento mineiro, por meio de várias ações e comissões, tem por obrigação postular, reivindicar, refletir e cobrar da Câmara Federal ações mais eficazes para os aposentados e os idosos.

Quando se fala em idosos, Deputado Célio Moreira, em Brasília há toda essa dificuldade e má vontade para resgatar o direito de todos. Todavia, em Minas Gerais temos uma diferente ação. Hoje, no Palácio da Liberdade, assistimos, ao lado de V. Exa., a um dos mais importantes encontros que realmente bate no coração de cada um. O Governador lançou oficialmente o projeto Energia do Bem, favorecendo e garantindo efetivamente uma qualidade de vida digna para os aposentados e os idosos que necessitam permanecer ao longo do seu tempo e da sua vida nos nossos asilos e abrigos.

Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento, que é muito importante, mas a manifestação é ainda muito mais, pois temos de nos unir, cobrar, ir a Brasília, fazer com que, acima de tudo, a voz do aposentado e do idoso seja ouvida e respeitada principalmente pelo governo federal. Estarei com V. Exa. neste movimento.

O Deputado Célio Moreira\* - Muito obrigado. Para concluir, Sr. Presidente, como representante da Assembleia Legislativa no Conselho do Idoso, gostaria de trazer-lhe uma reivindicação, que aliás foi apresentada na legislatura passada, quando V. Exa. presidia a Frente Parlamentar dos Idosos. Solicitam, mais uma vez, a nós, Deputados desta Casa, assim como a V. Exa., que nos mobilizemos a fim de que essa Frente os ajude nessa empreitada. Quero estender esse convite aos estudantes que deixaram marca neste país e, com sua garra, retiraram do poder um Presidente da República. Esses jovens estão convidados a engrossar esse movimento que sacrifica os seus pais, tios e avós. É importante que tenhamos em mente que o destino de todos - aliás, se tivermos sorte para viver para isso - será a aposentadoria. Portanto, a democratização da aposentadoria é uma bandeira de todos nós. Espero que o dia 8 de julho seja uma data positiva no calendário das ações públicas, seja o dia do "não" à prepotência econômica e o dia do "sim" à dignidade do aposentado, que não quer brindes, vales nem assistencialismo do governo, mas sim o que é seu por direito e justiça. E nós, representantes do povo mineiro, precisamos nos fazer ouvir também na bancada federal, junto aos representantes deste Estado, para alertá-los de que é preciso agir agora, a qualquer preço. Nossos aposentados não podem mais esperar, por isso é preciso que o Presidente Lula mostre que não sabe apenas arrecadar. A desigualdade social pode ser reparada também com uma política justa, e não esta que sentença os nossos idosos à miséria. Está feito o meu convite, Sr. Presidente: no dia 8 de julho vamos mostrar nossa solidariedade e respeito aos aposentados deste país. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de aderir à manifestação da Presidência feita aos alunos da Faculdade Universo que se encontram nas galerias e destacar, em meu nome e no do Deputado Elmiro Nascimento, a presença entre nós do Prefeito de Lagamar, o Sr. Ari Batista, eleito e reeleito, demonstração do acerto de sua administração através do reconhecimento do povo dessa cidade. Deixo o meu abraço e, em especial, o do Deputado Elmiro Nascimento ao Prefeito Ari Batista, de Lagamar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, alguns assuntos nos trazem a esta tribuna, e o primeiro deles é de muito pesar. Neste final de semana, a política mineira e a Assembleia Legislativa ficaram empobrecidas com a morte do ex-Deputado Emílio Haddad Filho. Ele sofria de uma doença insidiosa e, depois de internado em um hospital da cidade, veio a falecer neste domingo, tendo seu corpo sido velado no Salão Nobre desta Assembleia, lugar que ele tanto honrou. Emílio Haddad nasceu em Oliveira, era advogado e professor, foi Deputado por três mandatos e Vereador em sua cidade natal no período de 1962 a 1966. Exerceu três mandatos na Assembleia de Minas com enorme brilhantismo - sou testemunha disso - entre 1967 e 1983. Foi eleito Deputado pelo MDB e chegou a assumir o cargo de 4º-Secretário da Mesa. Ele era irmão do grande ex-Ministro Paulo Haddad, um dos maiores economistas e cabeças pensantes deste país. Emílio deixou viúva Maria Emília Mitre Haddad, com quem convivemos também nesta Casa, pois estava à frente de um grande trabalho social, e mais três filhos: Júnia, Emílio e Michel. Convivi com o Deputado Emílio Haddad Filho nesta Assembleia. Ele era um dos mais notáveis e brilhantes Deputados, além de grande articulador político. Logo após a instalação do regime militar, surgiram dois partidos, MDB e Arena. É evidente que, tanto no MDB, que era de oposição, quanto na Arena, que era de governo e sustentava o governo militar, ainda havia o resquício, o rescaldo dos partidos que anteriormente existiam, como a UDN, o PSD e um pouco do PTB e do PR. Mas, de forma mais destacada, conviviam nitidamente as duas facções ligadas ao MDB e Arena.

Lembro-me de que, quando cheguei aqui para o primeiro mandato, Emílio Haddad, já em seu terceiro mandato, fazia parte de uma grande geração de articuladores. Como os Deputados, ex-pessedistas, José Luiz Baccarini e Genésio Bernardino, que foi Presidente desta Casa e também um grande líder. Dentro do próprio MDB, com a ala udenista, liderada por Dalton Canabrava, que também foi Presidente desta Casa e grande líder político, havia uma convivência sadia e uma disputa leal. Lembro-me também de que Emílio Haddad disputou, no princípio do mandato, a liderança com o também saudoso Deputado Sérgio Olavo Costa, de Juiz de Fora, brilhante e notável Deputado, com uma presença de espírito extraordinária, e foi eleito líder da Bancada do então MDB nesta Casa. Emílio Haddad soube fazer com que esta Assembleia tivesse momentos gloriosos, honrou os seus eleitores com três grandes mandatos nesta Casa, além de ter sido Vereador no Município de Oliveira. Na política de Oliveira, Emílio Haddad sempre foi notável, presente, entusiasmado e procurava levar benefícios para sua região, durante um mandato extraordinário. O que mais me marcou foi sua combatividade nesta Casa, seu compromisso com a verdade e seu entusiasmo. Sinto muita saudade do Deputado Emílio Haddad desde que ele voltou para Oliveira, deixando o seu mandato. E agora que nos deixou de forma

definitiva, fica patenteado aqui o nosso reconhecimento pelo político notável que foi e a saudade que deixa entre nós, seus ex-colegas da Assembleia e outros parlamentares, funcionários, jornalistas e demais pessoas com as quais ele tinha fino trato. Era uma pessoa extraordinária. Então deixo consignada aqui a nossa saudade e o nosso sentimento pelo passamento do Deputado Emílio Haddad. O nosso abraço de pêsames e solidariedade à viúva; aos seus filhos, já citados; ao seu irmão, Ministro Paulo Haddad, e a todos os cidadãos de Oliveira, que tiveram no Emílio um grande representante - podem orgulhar-se disso - nesta Assembleia Legislativa.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Prezado amigo e ilustre Deputado Ademir Lucas, quero unir-me a V. Exa. nesta manifestação. Já me inscrevi para também manifestar-me. Ainda ontem tentei fazer a minha inscrição, mas já havia esgotado o limite de inscrições. Quero unir-me na manifestação de pesar, de saudade e de louvor a esse grande homem público e trazer o meu testemunho. Emílio Haddad tem uma história escrita com garra, luta e dignidade e que contribuiu, de forma definitiva, para a construção da democracia em Minas Gerais e no Brasil. Ele também honrou a nossa querida Oliveira no cenário político. No início da sua trajetória, ainda Deputado, Emílio Haddad teve como cabo eleitoral o meu pai, em São Tiago, que já o admirava. Ele representava Oliveira e região, de onde eu vim. Depois, já maduro, homem vivo, experiente, realizado - podemos dizer assim -, tomou uma decisão que surpreendeu muitas pessoas, mas que, de alguma forma, era o retrato do seu espírito lutador: candidatou-se a Prefeito de Oliveira. Estive ao seu lado admirando a sua garra. Naquela ocasião, ele já havia tido o prenúncio de algumas dificuldades em relação a sua saúde física, mas o seu espírito mantinha o vigor de uma criança, de um jovem sonhador. Pude estar ao seu lado - esse é o testemunho que quero dar - nos seus últimos embates políticos, nas eleições passadas, o que o fez com amor à Oliveira e com um entusiasmo de causar inveja e servir de exemplo para os jovens que estão aí.

Como eu disse, ele era um homem realizado, um Deputado com vários mandatos e uma história construída com dignidade, seriedade e competência. Por que quis ser Prefeito de Oliveira? Pelo brilho do seu olhar, o entusiasmo da sua fala, percebíamos com clareza a paixão que tinha pela cidade e o amor à vida pública feita com ética, luta, dedicação ao próximo. Quis o destino que ele se fosse logo após o último embate. De alguma forma, isso mostra uma personalidade forte, vigorosa, e como os verdadeiros políticos como Emílio Haddad agem, ou seja, não por interesse de construir patrimônio, não por um poder momentâneo, porque era um homem realizado, em idade avançada. O sonho, a vontade de servir é que move os verdadeiros políticos. Por isso, fica aqui a saudade, o louvor, a homenagem a esse grande mineiro e oliveirense que foi e sempre será referência para nós, Dr. Emílio Haddad. Cumprimento V. Exa., que foi seu colega no Parlamento e sabe dar o seu testemunho, pela convivência que tiveram. Muito obrigado.

O Deputado Ademir Lucas - Agradeço ao Deputado Domingos Sávio. Mais que um aparte, V. Exa. deu um testemunho, já que milita na mesma área política do saudoso Deputado Emílio Haddad Filho. Deixamos aqui o nosso reconhecimento a esse político. Morreu o homem, mas fica a sua brilhante história para aqueles que seguem a sua caminhada. Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo patenteada a nossa homenagem ao Deputado Emílio Haddad Filho pelo seu passamento. Sua vida foi profícua em benefício do povo de Oliveira, da sua região e do Estado.

Aproveite os minutos que me restam, Sr. Presidente, para fazer dois comentários. O primeiro é que encaminhamos à Mesa um projeto de lei para que as empresas que contraírem empréstimos, financiamentos do BDMG sejam compelidas, por meio de contrato, a preservar o nível de emprego ao receberem os recursos. Estamos passando por um momento de dificuldades e sabemos que o financiamento do BDMG e, no âmbito nacional, o do BNDES são oriundos de recursos públicos. É importante, pois, que haja uma amarração nos contratos. Não basta financiamento com juros baixos, empréstimos privilegiados. É preciso preocupar-se com a questão social. Portanto, apresentamos um projeto de lei para que o BDMG, ao conceder financiamentos, investimentos em atividade produtiva, consigne no contrato a garantia da preservação do nível de emprego. Assim, as empresas beneficiárias não poderão causar dano social como o desemprego. Creio que essa proposta seja importante e ajudará muito o trabalhador mineiro. As empresas que recorrerem ao BDMG saberão que haverá recursos subsidiados, mas terão de garantir o nível de emprego dos trabalhadores.

O outro comentário, Sr. Presidente, é que na última segunda-feira estivemos na próspera e progressista cidade de Paraopeba, onde acompanhamos o jovem Prefeito Marcelo Uberaba, que exerce seu primeiro mandato e está entusiasmado. É um líder regional que deverá marcar presença na política de Minas Gerais. Estivemos também com o Secretário de Ação Social Januse Rodrigues e outros participando da importante solenidade de entrega de diplomas aos formandos nos cursos de operador de empilhadeira, de bombeiros e de eletricitistas.

Também vimos que a atual administração de Paraopeba, apesar da queda na arrecadação, em poucos meses tem trabalhado pelo bem da cidade. Tem comprado remédios para a farmácia da Prefeitura que estava sem estoque, tem recuperado a frota de máquinas e veículos que estavam sucateados, tem recuperado as estradas vicinais que não tinham manutenção há mais de cinco anos, tem feito a operação tapa-buraco, assinou convênios de mais de R\$1.000.000,00 com o governo do Estado, visando, sobretudo, à área social e tem investindo também no Hospital São Vicente de Paulo. O Prefeito está mantendo em funcionamento todos os programas de assistência social, com a distribuição de leite, cestas básicas e suplementação alimentar. Além disso, Sr. Presidente, num momento como este, de dificuldades, o Prefeito de Paraopeba já conseguiu conceder uma recomposição salarial de 5,83% para os servidores municipais.

Portanto, quero deixar consignado três assuntos: o principal, a saudade do Deputado Emílio Haddad; a apresentação desse projeto de lei que faz com que o financiamento do BDMG garanta o emprego dos trabalhadores dessas empresas que foram beneficiadas; e o justo destaque à administração do Prefeito Marcelo Uberaba, de Paraopeba, que está fazendo um grande trabalho administrativo e social. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado\* - Gostaria de saudar a todos e a todas. Primeiramente não poderia deixar de ressaltar a alegria do Bloco PT-PCdoB desta Casa, do PMDB, de forma muito especial do Deputado Antônio Júlio, pela grande vitória que obtivemos. Conseguimos fazer com que o governo retirasse o pedido de urgência do projeto que tramita na Casa e que, segundo o governo, cria a agência de água, esgoto e saneamento. Sabemos que é uma agência tarifária, e não de saneamento; uma agência que tem como objetivo homologar decisões do governo. Ou seja, é a raposa tomando conta do galinheiro, com o único objetivo de aumentar os valores das tarifas da Copasa. Até o momento, conseguimos impedir os aumentos na Justiça. Então foi retirado pelo governo o pedido de tramitação em regime de urgência. Vamos realizar uma audiência pública às 15 horas, com a presença do Pompílio, de outros Prefeitos e do Promotor Antônio Baeta, a quem gostaria de dar os parabéns, mais uma vez.

O assunto que gostaríamos de tratar na tarde de hoje é realmente muito sério e, por isso, chamo a atenção de todos os parlamentares desta Casa. O primeiro ponto é a polêmica da centralização dos serviços da Cemig e o pregão para locação de veículos.

É uma questão muito séria, e apresentarei aqui dados oficiais do "Diário do Executivo" - depois explicarei ponto por ponto. Foi publicada no dia 19, mas está valendo a partir do dia 15, uma licitação. Está aqui: "Pregão eletrônico com o objetivo de contratação dos serviços de locação e gestão". É um pregão presencial com objetivo de locação e gestão de 1.193 veículos automotores. Sabem qual é o valor? São R\$147.000.000,00. Se a Cemig fizesse a compra desses veículos, o valor máximo seria R\$60.000.000,00, ou seja, mais de R\$90.000.000,00 estão saindo do bolso do contribuinte mineiro e indo para o ralo. É muito dinheiro.

E temos tudo para acreditar que essa licitação está sendo direcionada. Vários aspectos nos levam a isso. Primeiro, o número da capacidade técnica é exagerado: 716. Em 10 dias, seria praticamente impossível uma empresa cumprir todas as determinações, e o edital foi publicado no dia 19, com validade a partir do dia 15. O pregão presencial será no dia 29 de maio. Portanto, há toda uma suspeita de que esse edital está sendo direcionado. Exporéi agora todos os dados comprovando os pontos que estou colocando. Além disso, há a questão da centralização da Cemig - e apresentamos um projeto nesta Casa para a realização de uma audiência pública, pois pode acontecer a extinção de cargos e a transferência de funcionários do interior para a Capital mineira.

Outra medida da Cemig que nos preocupa é a terceirização dos veículos utilizados pela empresa e da assistência técnica e manutenção dos automóveis. Desde 2007 isso acontece. A história é antiga. Esse edital vem sendo impugnado desde aquela época, pois editais como esse são direcionados a favorecer determinadas empresas. Algumas foram até denunciadas, e seus proprietários e sócios foram parar na cadeia. Está aqui: "Desde 2007, a Cemig tenta finalizar uma licitação para contratação de serviços de locação de gestão de 1.193 veículos de carga e de passageiros. Esses veículos seriam para o atendimento das necessidades de transporte da empresa em todo o Estado de Minas, Municípios vizinhos e outros Estados em casos excepcionais. Os editais vêm sofrendo impugnações e recursos, inclusive com encaminhamentos ao Tribunal de Contas devido a diversos problemas apresentados e critérios excludentes que impedem que um número maior de empresas participem. Da maneira que está, esse prazo, com um número exagerado da capacidade técnica - 716 -, praticamente exclui todas as empresas, pois somente aquela que está por dentro do edital e sabe o que vai acontecer possui toda documentação na mão. Este ano, ela tentou finalizar a licitação, e o vencedor foi o grupo paulista Júlio Simões Transporte e Serviços Ltda. - o mesmo que foi denunciado e que está sendo investigado em diversos Estados por crimes de fraudes, direcionamento de editais e corrupção ativa. O valor de referência para o pregão eletrônico era de R\$116.000.000,00, mas o consórcio formado pelas empresas LM e o grupo Júlio Simões Transportes chegou a oferecer uma quantia de R\$142.000.000,00 para prestar o serviço, fazendo a Cemig, então, um aditivo ao valor. Ocorre que o conselho administrativo da empresa não homologou a decisão, e a licitação foi novamente cancelada. Na época em que a licitação foi cancelada, dois executivos da empresa Júlio Simões haviam sido detidos na Bahia por suspeitas de integrarem uma organização que teria direcionado o edital em Salvador para compra de 191 viaturas da Polícia Militar. Durante as investigações realizadas na Bahia, foram levantados indícios de suposta fraude cometida também na concorrência pública em Minas para aquisição e gestão de 831 viaturas da Polícia Militar.

Segundo o Secretário de Segurança Pública da Bahia, um dos Diretores da empresa confirmou que, em Minas Gerais, o processo também foi fraudado, segundo noticiou o jornal "O Tempo" em 15 e 20/3/2009. "Havia uma conversa sobre essa possibilidade e, questionado, ele, Jaime Sica, Diretor do grupo Júlio Simões, confirmou que, em Minas Gerais, o processo também foi fraudado." Palavras do Secretário de Segurança Pública da Bahia, César Nunes. Tudo se encontra comprovado e documentado.

A empresa também é alvo de acusações em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A Cemig já lançou o novo edital no dia 15 de maio e, para a nossa surpresa, a empresa insiste na locação de veículos, ou seja, na terceirização da frota e da prestação da assistência técnica e da manutenção com valores muito altos.

Tudo isso foi publicado no "Minas Gerais" do dia 19, e a sessão da realização do pregão será no dia 29 de maio, no valor de R\$147.000.000,00. Quais são os motivos para não defender a locação de veículos? Primeiro, a Cemig tem oficinas e profissionais no interior, em suas regionais e na sede para a assistência técnica e serviços de manutenção da frota de veículos. Tem todos os profissionais: mecânicos especializados, engenheiros mecânicos. Então por que a necessidade de fazer essa locação por três anos, no valor de R\$147.000.000,00, sendo que a Cemig poderia comprar esses veículos por um valor de, no máximo, R\$60.000.000,00. Portanto faria uma economia de R\$90.000.000,00 se fosse feita a compra dos veículos. E a Cemig já tem os mecânicos, então poderia colocar no edital um período de garantia que seria dado pela empresa que vendesse os veículos. Hoje, ao comprar um carro da Renault, temos três anos de garantia. A Cemig pode ainda fazer um pregão e depois vender esses veículos, fazendo uma grande economia para o povo mineiro. Portanto não dá para justificar.

Para a população que está nos ouvindo tenha uma ideia, trata-se de uma licitação para alugar 1.193 veículos por três anos, no valor de R\$147.000.000,00. No entanto, se a Cemig comprar esses veículos, isso ficará, no máximo, em R\$60.000.000,00. Então o valor para locar fica quase três vezes mais que o valor que a Cemig gastaria para comprá-los. E o que ela vai fazer com os servidores, os profissionais que já trabalham lá, os mecânicos, os engenheiros mecânicos, todo um corpo técnico preparado para fazer a manutenção dos veículos. Depois de dois ou três anos, se a Cemig comprar esses veículos, ela poderá vendê-los, e a economia para o Estado poderá ser muito grande.

Como apresentado, na Cemig há engenheiros mecânicos, eletricitas, técnicos para a manutenção dos acessórios dos carros, e outros profissionais ligados a esses serviços. O que será feito desses profissionais? A Cemig vai ignorar todo o custo que teve com o treinamento e a especialização desses trabalhadores? Qual é a garantia da manutenção dos empregos desses funcionários? Não há garantia nenhuma. É preciso lembrar que o número de trabalhadores da Cemig tem diminuído ao longo dos anos, especialmente com a problemática da terceirização e sem o limite dos serviços, que não garante a eficiência da prestação dos serviços, considerada uma prática ilegal pelo Ministério Público e pelo Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais. A redução brusca no quadro de pessoal já provocou a extinção de 7 mil postos de trabalho. Atualmente a empresa possui 10.200 trabalhadores, convivendo com o risco real do plano de demissão, que visa apenas à redução de custo e ao aumento dos lucros.

E a questão mais séria é o mau uso dos recursos públicos, o direcionamento da licitação. Entrando em contato com especialistas da área, tivemos a informação de que, por no máximo R\$60.000.000,00, a Cemig faria uma compra, e não uma locação. Então repito, a Cemig compraria todos os 1.193 veículos previstos no edital. Com essa medida, ela vai gastar R\$147.000.000,00 para locar 1.193 veículos por três anos. Se a Cemig, em vez de locar, comprasse - porque com a locação a frota não será dela -, ficaria quase três vezes mais barato. Há lógica em uma coisa dessas? O edital está direcionado por 716 pontos técnicos, e é praticamente impossível qualquer empresa cumprir todos esses pressupostos. Fica claro, então, o direcionamento da licitação.

Para aquisição e gestão de 831 viaturas, em um contrato com a Júlio Simões Transportes e Serviços Ltda., a Cemig gastou R\$56.000.000,00. Para a compra de 300 veículos a mais, o acréscimo seria pequeno. Então já temos esse exemplo de contrato celebrado no passado para a compra de viaturas da Polícia Militar.

O contrato de licitação baiano, vencido pela mesma empresa, Júlio Simões Transporte e Serviços Ltda., no valor de R\$32.000.000,00, está sendo investigado na Bahia e prevê a compra de 191 viaturas para a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Em Minas Gerais, o valor do contrato firmado é 175% mais alto. Na Bahia os Diretores foram presos, foram para a cadeia, e admitiram as irregularidades. Disseram ainda que aqui, em Minas Gerais, houve irregularidades também. Foram R\$56.000.000,00 para a aquisição de 831 viaturas. Na época do processo licitatório, foram feitas várias denúncias na Justiça sobre o possível descumprimento do edital, que envolvia, aliás, o grupo de vencedores da licitação, que está sendo investigado em outros Estados.

Há outra questão: o governo de Minas não está priorizando os investimentos para a nossa região. O edital não prioriza as nossas empresas, cometendo o mesmo erro do governo do Estado na compra das viaturas para a Polícia Militar. Poderia gerar emprego e renda aqui, dentro do Estado, mas isso não está acontecendo.

Aliás, uma questão muito séria é a visita técnica exigida em edital. Trata-se de questão fundamental ao credenciamento, à participação na licitação. O que aconteceu em todos os outros processos licitatórios não está presente nos processos de agora. Isso é mais um motivo que leva a crer que houve direcionamento para beneficiar, mais uma vez, o grupo Júlio Simões, que foi alvo de várias auditorias, denúncias e investigações.

Tenho aqui várias matérias de jornais. Fica aqui nossa denúncia. Acompanharemos esse caso, pois o consumidor, a população de Minas Gerais não pode ser lesada. Creio que o governo do Estado não tem conhecimento desse assunto. É preciso que ele tome providências, o mais rápido possível, a fim de cancelar esse edital direcionado, pois isso realmente é um abuso, um grande prejuízo para a população de Minas. Mais uma vez, repito: trata-se de edital direcionado, no valor de R\$147.000.000,00 para alugar 1.193 veículos por três anos. Se fosse para comprar, o valor ficaria em, no máximo, R\$60.000.000,00.

Gostaria de deixar meus agradecimentos e meu posicionamento. Solicitamos que o governo tome providências para cancelar esse processo licitatório viciado e direcionado, que fere a honra do cidadão mineiro.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, volto a esta tribuna para lembrar, sobretudo, o assunto que diz respeito à BR-381.

Na semana próxima passada, estivemos em Brasília, com o Vice-Presidente da República, numa reunião ampliada com mais 50 moradores e parentes das vítimas do acidente de Caeté. O Vice-Presidente foi muito solícito. Logo ligou para o Ministro Alfredo Nascimento, que também nos recebeu na parte da tarde, com alguns Deputados Federais de Minas Gerais. A conversa se estendeu, prevalecendo o debate acerca das necessidades urgentes e prementes de melhoria da BR-381. No dia seguinte, morreram mais duas pessoas naquela rodovia. Consequentemente, essa nossa luta deve continuar.

Foi definida pelo Ministério a instalação de 17 radares ao longo da rodovia, já com alguns trechos determinados: Km 430, Km 434, Km 4,8, Km 439, Km 350, entre Nova Era e Bela Vista de Minas, etc. Ainda queremos reivindicar a instalação desses radares a partir do trecho compreendido entre o Km 454 e o Km 449, que corta o Rio das Velhas, próximo ao chamado Campo do Ica, até a região de Santa Luzia, no Bairro Bom Destino, passando pelos Bairros Borba Gato, Amélia Moreira, Borges, etc. Sabemos que essa solução não atende às necessidades daqueles que transitam por aquela rodovia. Obviamente a instalação dos radares trará um pouco de segurança para os moradores ao longo da rodovia, mas o que realmente queremos é a duplicação do trecho, sobretudo entre Belo Horizonte e João Monlevade. Esses radares serão instalados a partir de julho, e fica a grande pergunta: tendo em vista ser aquela uma rodovia extremamente movimentada, com fluxo muito intenso de veículos, esses radares com redução de velocidade não causarão grandes congestionamentos, que terão como consequência novos acidentes?

Vamos continuar com o firme propósito de trazer a esta tribuna, a esta Casa, o problema da BR-381. Parece um paradoxo. Essa rodovia, que praticamente transporta a maioria e expressiva economia de Minas Gerais, ainda não recebeu os benefícios necessários. Fizeram um recapeamento, com recursos da ordem de R\$400.000.000,00, em alguns trechos ao longo dessa rodovia. Entretanto a duplicação efetivamente não aconteceu. Parece que assinarão agora os projetos. Queremos que os Deputados desta Casa continuem vigilantes. Continuaremos a cobrar providências do DNIT, do Ministério dos Transportes, enfim, de todos os órgãos, para que essa duplicação possa ocorrer o mais breve possível.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)\* - Deputado Wander Borges, o pronunciamento de V. Exa. vem ao encontro do anseio de quase todos os Deputados desta Casa. Tenho certeza de que todos eles já transitaram ou transitam pela BR-381 - eu, particularmente, desde os 18 anos de idade, quando era caminhoneiro. Gostaria de dizer a V. Exa. que em toda crise se buscam soluções alternativas para melhorar e para proporcionar segurança ao segmento do trânsito e do transporte. O trânsito dos bitrens pela BR-381 já deveria ter sido proibido pelo DNIT. Bitrens são caminhões que trafegam com cargas superiores a 40t, 48t, porque são colocadas 24t no primeiro vagão e 24t no segundo vagão. Trata-se de 48.000kg. Os bitrens são veículos extremamente lentos e perigosos na descida.

Onde caberiam três faixas, pelo menos para dar a alternativa da terceira faixa? V. Exa. conhece bem a estrada e sabe do que estou falando. Eles colocaram uma faixa só. As carretas vêm para o meio da estrada, sem dar oportunidade para os automóveis pequenos ou mais leves nas suas ultrapassagens. Consequentemente, na descida, ninguém consegue alcançar uma carreta daquela, principalmente se estiver ao volante de um veículo mil ou de um outro mais antigo.

O que deveria ter sido feito pelo DNIT é outra coisa. Colocar radar só vai criar mais competição para ultrapassar e para correr nos lugares onde não exista radar. O que a estrada precisa é da fiscalização e da terceira faixa, porque a pista já tem largura para isso. Fiscalização para que os caminhões superpesados não ultrapassem uns aos outros, porque eles, sim, impedem que os carros pequenos trafeguem. Isso para desafogar e desobstruir o tráfego na estrada. A correria é geral. Da mesma forma, acontece com os ônibus. Falta fiscalização, raciocínio para a sinalização estratigráfica. Aliás, não sei até onde ela foi construída, simplesmente para multar. Agora vem o radar para transformar mais uma indústria de multa, que não beneficia o Estado em absolutamente nada, mas sim as empresas que são hoje o grande filão deste país. Fica aqui a sugestão de que a estrada tem alguma solução emergencial. O que não se quer é dar o respeito que a população merece. Para resolver esse problema, pode-se estabelecer, por exemplo, um horário de fluxo, em que carretas pesadas não poderão trafegar. Com isso, desafogaria o trânsito de pessoas que moram, por exemplo, em Caeté, em Taquaraçu, em Monlevade e em Itabira, e que vem para Belo Horizonte, diminuindo, em muito, o número de acidentes. Já fui caminhoneiro e sei que podemos viajar a madrugada inteira que não tem problema, ou viajar durante o dia, quando não há maior fluxo de transporte, mas não podemos obstruir uma estrada com caminhões superpesados. O que está acontecendo se deve à chamada burocracia. Já poderia ter sido aberta a terceira faixa em muitos lugares naquela estrada. Muito obrigado.

O Deputado Wander Borges - A bem da verdade, o que queremos é levar esse sentimento que hoje já incomoda os órgãos governamentais federais, no que se refere à BR-381. O posicionamento, sobretudo dos moradores da cidade de Caeté, junto ao Presidente da República e ao Ministro, vai ensejar uma reflexão para esse assunto, que é de fundamental importância, para que ele seja resolvido o mais breve possível.

Para se ter uma ideia, no ano passado, só no trecho de Belo Horizonte a Ipatinga, morreram 138 pessoas. Dentro desses projetos, existem duas avaliações. Uma feita pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, que primeiro quer a concessão da rodovia para depois fazer a obra. Obviamente, optamos pela sugestão do DNIT. O DNIT, por meio do Ministério dos Transportes, tem de fazer a obra, para, posteriormente, cobrar pedágio. É assim que a regra tem de funcionar. Qualquer coisa fora desse propósito não atende às necessidades da população que transita por aquele local. Alguma coisa tem de ser feita. Do jeito que está, não pode ficar.

Convoco os companheiros e companheiras para, no dia 13 do mês que vem, participarem de uma nova paralisação, sobretudo nos trechos próximos a Sabará, no Km 11 e no Km 12, nas cidades de Caeté, Nova Era, São Gonçalo e Ipatinga. A nossa luta irá continuar até o dia em que alguém falar que a ordem de serviço da duplicação foi colocada à disposição da sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Jayro Lessa - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, população mineira. Boa tarde a todos. Estava vindo aqui para fazer este discurso quando comentei que falaria sobre a Amda, e uma pessoa do corredor me perguntou: "O que é Amda?" Respondi-lhe: Amda é Associação Mineira de Defesa do Ambiente. Ela, então, disse: "Não, Amda é Associação Maria Dalci Arrecadadora". Não entendi e gostaria que os Deputados presentes me esclarecessem o que ela quis dizer sobre a Maria Dalci.

Muita indignação me causou a atitude da Amda, que, por meio de publicação em seu "site", tece comentários que desvirtuam as reais intenções deste parlamentar quanto ao desenvolvimento sustentável, à geração de emprego e renda e às questões ambientais em nosso Estado. Em seu "site", a Amda faz prejulgamentos a respeito de minha relatoria ao Projeto de Lei nº 2.771/2008, de autoria do Governador Aécio Neves, que promove a revisão da legislação sobre a política florestal no Estado. Num ato impensado e sem fundamento, a Amda coloca em cheque minha relatoria, que ainda nem aconteceu, cujas propostas serão aprovadas ou não para a implementação do projeto, alegando que elas podem barrar o projeto e modificá-lo de forma inaceitável.

Primeiramente, senhoras e senhores, gostaria de registrar a incoerência da Amda a esse respeito, uma vez que fizemos várias reuniões, até mesmo uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente desta Casa, a fim de colher subsídios para o setor. Tal audiência contou com a participação expressa da Sra. Maria Dalci, que fez inúmeras ponderações como Presidente da Amda. Além disso, várias reuniões foram realizadas com entidades representativas do setor, que manifestaram apoio aos ideais que favorecerão tanto o meio ambiente quanto os produtores, os quais, diga-se de passagem, estão amargando uma situação de reveses que foi aguçada com a crise financeira.

Senhoras e senhores, os trabalhadores do campo, da agropecuária, estão sendo massacrados com os altos custos da produção, com a queda na comercialização, com a alta carga tributária e com o alto preço das licenças ambientais. O que eles precisam, no momento, é de pessoas comprometidas com o desenvolvimento do nosso Estado, que não medem esforços e colocam os interesses políticos acima de suas necessidades.

Saliento que, como relator do projeto, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, meu objetivo é justamente contribuir para implantar a sustentabilidade em florestas plantadas em nosso Estado, de forma que haja limite e reposição daquilo que for retirado. Para tal finalidade, o setor da silvicultura tem capacidade e age com a consciência ambiental, pois seu negócio é justamente reflorestar.

Além disso, o projeto visa a que as empresas atinjam determinado índice, com previsão de reposição daquilo que for consumido.

É preciso tornar claro, senhoras e senhores, que a utilização de florestas nativas e florestas plantadas deve estar bem definida no projeto, dirimindo os entraves e prejuízos tanto ao meio ambiente quanto aos produtores e entidades que trabalham pelo desenvolvimento sustentável.

O que não podemos admitir é que sejam feitos prejulgamentos a minha pessoa, colocando em dúvida a idoneidade e o compromisso com as causas dos setores que colocam Minas Gerais em posição de destaque no cenário nacional, devido a sua produção rural e industrial.

Gostaria de registrar o empenho da Associação Mineira de Silvicultura, do Sindicato da Indústria do Ferro do Estado de Minas Gerais, da Faemg, da Secretaria de Agricultura e de várias outras entidades que vêm-se manifestando pela aprovação do projeto. Registro também a participação da Secretaria de Meio Ambiente, por meio do Secretário José Carlos Carvalho, que aprovou as propostas da Câmara Florestal, a qual reúne os representantes do setor, acatadas por mim para a realização da relatoria.

Gostaria ainda de fazer um apelo ao Governador Aécio Neves, ao Sr. Gilman Viana, Secretário de Agricultura, e a esta soberana Casa: que abracem a causa dos produtores nesse único e grandioso projeto, que, além de implementar as políticas ambientais, certamente vai proporcionar um grande salto em desenvolvimento, beneficiando direta e indiretamente todos os setores envolvidos.

Lamento a posição precipitada da Amda, que, após participar de reuniões nesta Casa, contribuindo com vários comentários, manifestou-se de forma tão arbitrária em seu "site" institucional, quebrando a união dos setores que há tempos clamam por mudanças. Muito obrigado a todos.

O Deputado Carlos Mosconi\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. parlamentares, telespectadores da TV Assembleia, saúdo o Vereador Diego de Castro, de Varanésia, Vereador mais votado dessa tradicional cidade do Sul de Minas, que nos honra com sua presença.

Desejo abordar, neste pronunciamento, uma questão importante para o Estado e o País: o café. Participei, na última segunda-feira, dia 25, em São Paulo, de uma grande reunião organizada pelo Cecafé, entidade presidida pelo Sr. João Antônio Lian, que tem como Secretário Executivo o Sr. Guilherme Braga. Tratou-se de uma confraternização e de uma premiação de autoridades importantes para o setor, de lideranças nacionais e internacionais que militam fortemente nessa área. Para nossa satisfação, a maior homenagem feita foi ao Governador Aécio Neves, que, graças ao reconhecimento dos cafeicultores do País, especialmente de Minas Gerais, recebeu esse prêmio pelo seu papel na condução das questões relativas ao café até o governo federal. Essas questões formalizam um elenco de propostas apresentadas ao Governador depois da estupenda reunião realizada em Varginha há dois meses, na qual estiveram presentes aproximadamente 25 mil produtores de café. Na mesma hora, o Governador se prontificou a ser o condutor dessas reivindicações da cafeicultura de Minas Gerais e do Brasil inteiro até os Ministros Guido Mantega e Reinhold Stephanes, tendo conseguido deles uma aceitação das propostas. Essa reunião em Brasília trouxe um alento para a cafeicultura, dando impressão de que as soluções seriam atacadas e a crise, minimizada.

Já se vão dois meses, e os combinados ficaram apenas na palavra, em Brasília, sem que ações efetivas, objetivas, claras tenham sido praticadas a fim de que o problema da cafeicultura fosse minimizado. Mesmo assim, o setor reconheceu o papel do Governador Aécio Neves, a sua determinação, a sua ação e a sua sensibilidade. Na semana passada, o Governador voltou a Brasília e teve nova reunião com o Mantega, Ministro da Fazenda, e, mais uma vez, ouviu dele que o governo federal aceitava aquelas posições e que as ações efetivas seriam executadas nos próximos dias. Então, vamos aguardar que isso venha a ocorrer.

Sr. Presidente, as propostas são várias e realmente poderão atenuar o problema da cafeicultura. Não o solucionarão plenamente, mas poderão minimizar graves dificuldades do setor. O Governador Aécio Neves, quando recebeu seu prêmio, sua homenagem, em São Paulo, fez um pronunciamento interessante abordando, de uma maneira muito abrangente e atualizada, a questão do café, não só no Brasil, mas em todo o mundo. O café é, tradicionalmente, uma grande riqueza do nosso país, ajudou a construir a nossa história e, durante mais de um século, constituiu-se nossa maior riqueza, gerando emprego, renda e recursos inclusive para os governos brasileiros. Hoje, ainda que tenha importância para milhões de pessoas, uma vez que gera, direta ou indiretamente, mais de 8 milhões de empregos para o País, está numa posição de menor importância. Pessoalmente, considero que há um desprestígio do café junto às autoridades do governo federal. O café, que teve um grande significado para o País, parece que hoje não é mais reconhecido como uma importante fonte de renda para a população.

Quero fazer uma ressalva, Sr. Presidente, pois não concordo com essa situação de maneira alguma. Temos que louvar a tradição da produção de café e mantê-la viva, porque o Brasil continua sendo o maior produtor de café do mundo. O Brasil é responsável por 35% a 40% da produção mundial. Somos o maior exportador e o segundo consumidor de café do mundo. Portanto, o Brasil tem tudo a ver com a economia cafeeira.

E digo mais: se alguns consideram que o café não é mais importante para o Brasil, para nós, de Minas Gerais, ele é extremamente importante ainda. O café tem uma importância vital para algumas regiões do Estado. Destaco a minha região, o Sul de Minas, tradicionalmente a região mais antiga em termos de cafeicultura do País. O café tem uma história um pouco nômade. Começou em Belém do Pará e veio descendo, trazido para o Brasil por um Oficial do Exército chamado Palheta - seu nome ficou consagrado em razão disso. E o café desceu para o centro e o Sul do País, estabelecendo-se, há bastante tempo, no Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro. No Estado de São Paulo, durante anos, contribuiu muito para a sua riqueza, e foi para o Paraná. Em Minas Gerais, chegou ao Sul de Minas, em primeiro lugar, e dali não saiu mais. O café hoje é uma atividade econômica absolutamente tradicional e perene na região Sul de Minas, ainda que exista, e com muita expressão, em outras regiões do Estado - cerrado mineiro e Zona da Mata, já tendo se estendido a outros Estados do País. Mas é fundamental para Minas Gerais porque Minas é o Estado maior produtor de café do Brasil. Aproximadamente 50% da produção de café do Brasil estão em Minas Gerais. Temos cerca de 400 Municípios no Estado que produzem café, portanto, para Minas Gerais, a economia do café é ainda indispensável e fundamental.

Por isso é que se justifica plenamente a ação eficiente e determinada do Governador Aécio Neves e do seu Secretário de Agricultura Gilman Viana, que também estava naquela solenidade em São Paulo, assim como comerciantes de café do mundo inteiro, que, aliás, foram

homenageados. Citaria os representantes da Illy Café e da Lavazza, empresas tradicionais italianas, que vivem do café. Segundo entendemos, vivem do café há décadas. São empresas poderosas, de grande renome, que têm expressão na economia internacional por sua competência e eficiência. Tudo isso graças ao nosso produto, ao nosso café.

Sr. Presidente, Deputados e caro Deputado Domingos Sávio, que também tem muita militância nessa área, ouvimos ali algumas observações muito complicadas e difíceis, que nos dão uma visão do café com um prazo um pouco mais longo. Explicarei o motivo, caro Deputado Domingos Sávio, depois lhe concederei o aparte.

Com os dados que possui, o Governador Aécio Neves afirmou que, em 1990, o PIB mundial do café girava em torno de US\$30.000.000.000,00. Nesse PIB do café internacional, os países produtores - aí, o Brasil se destaca bastante - tinham 30% de responsabilidade. Portanto, 70% eram responsabilidade dos países consumidores do café. Isso demonstra que o forte da atividade econômica não fica nos países produtores. Agora o quadro mudou de forma arrasadora.

Hoje o PIB do café gira em torno de US\$70.000.000.000,00 a US\$80.000.000.000,00 em termos universais. Nesse gigantesco PIB, cabem aos países produtores apenas 6% desse valor. Para nós, é muito difícil entender esse dado. O Brasil continua trabalhando bastante, produzindo muito, sendo o maior produtor de café e grande exportador. Todavia continua não ganhando nada, ou seja, o produtor continua não ganhando nada. Essa é a triste realidade. Vimos também que hoje, no Brasil, uma saca de café que o produtor vende por aproximadamente R\$250,00 pode transformar-se em 3 mil a 5 mil xícaras de café. Por quê? Porque depende do tamanho da xícara e do país onde é feito. Nos EUA é feito de uma maneira; na Europa e na China, de outra, e tudo o mais. Uma xícara desse café custa no mínimo US\$2,00. Pois bem! Na pior das hipóteses, transformamos a saca em 3 mil xícaras. Aí, já vamos para US\$6.000,00. Então venderemos essa saca de café por R\$250,00 e transformaremos isso em US\$12.000,00 - aliás, podemos transformar isso em mais. Essa é a realidade triste da cafeicultura nacional.

Incluo-me entre os cafeicultores, pois sou um pequeno produtor de café do Sul de Minas e, como milhares de brasileiros, descendente de italianos, com muito orgulho. Temos muito a ver com o café. Grande contingente de italianos veio para o Brasil no séc. XIX por causa do café. Portanto, essa é uma realidade que nos traz uma enorme preocupação. Como será o futuro do café? O Brasil tem futuro? Vale a pena continuar na cafeicultura dessa maneira ou mudar essa situação?

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Carlos Mosconi, usarei o aparte apenas para cumprimentá-lo e dizer que V. Exa. é uma bênção para a Assembleia mineira, pois é um parlamentar de quilate e esteve no Congresso Nacional representando os mineiros, o que, aliás, fez com muita competência. Não só agora vem fazendo muitas coisas, entre outras a defesa da cafeicultura do Sul de Minas Gerais, região em que V. Exa. milita. Vou pronunciar-me após V. Exa., também nessa linha, porque sou produtor de café. Então, como já disse, só quero parabenizá-lo e dar o meu testemunho de que não só agora V. Exa. defende a cafeicultura, mas no dia a dia. Dou o testemunho da sua luta em defesa do produtor de café, do produtor rural e de todo o Sul de Minas, que V. Exa. conhece tão bem.

O Deputado Carlos Mosconi\* - Agradeço as palavras do Deputado Domingos Sávio, que enriquecem demais o meu pronunciamento. Ressalto que V. Exa. tem naturalmente toda a condição de fazer essa observação porque vive nesse setor e conhece muito bem a questão do café.

Sr. Presidente, o Governador e o Vice-Governador Antonio Anastasia participaram de uma reunião de cafeicultores em Machado, num evento de certificação de fazendas de café, e também se manifestaram dizendo que, se não agregarmos valores em nossa produção de café, continuaremos assim a vida inteira. Lá os representantes europeus disseram que estão fazendo o movimento para que o valor seja agregado e agora estão criando os cafés especiais, que têm um preço acima. Disseram que isso hoje não significa mais que 5% do mercado e é muito pouco em relação ao que se produz no Brasil e à qualidade do café que temos no País. Então é chegado o momento de nós, na Assembleia, tomarmos uma iniciativa e irmos em frente nesta questão, acionando o governo de Minas, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o BDMG, a fim de darmos respaldo aos produtores de café, para mudarmos um pouco essa linha. Do contrário continuaremos a vida inteira batendo às portas de Brasília, ou melhor, às portas fechadas de Brasília, que vez ou outra abre uma fresta pequena, mas não resolve nunca. Não se resolve tapando o sol com a peneira. Então o que acontece hoje com o cafeicultor de Minas Gerais e do Brasil? Ele trabalha o ano inteiro, com afinco e determinação, para ao final de seu trabalho, depois que conseguiu vender a sua colheita, chegar à conclusão de que não tem recursos, com o fruto do seu trabalho e do seu produto, para enfrentar os custos da sua produção e as suas despesas. Essa é a realidade. Minas Gerais pode dar exemplo ao Brasil, fazendo com que essa atividade permaneça viva em Minas Gerais e no País, mas mudando o seu rumo. É o que tinha para dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados, todos os que nos acompanham na Assembleia mineira e também os nossos telespectadores. Inicialmente, dando sequência à fala do nobre e grande parceiro Deputado Carlos Mosconi, quero aprofundar um pouco mais na reflexão sobre a situação da cafeicultura. Às vezes se pensa que a preocupação é apenas com o produtor de café; não, é mais que isso. É uma cadeia produtiva, um segmento que emprega milhares e milhares de pessoas e que é fundamental na economia do nosso país, é uma das âncoras. O Brasil está dizendo que tem alguns bilhões de dólares de reserva, e a cafeicultura é um dos principais pilares dessa reserva, que ajuda o País a enfrentar a crise mundial. Mas é duro verificar que o País não está tratando com seriedade e responsabilidade esse nosso patrimônio. O Brasil já viveu isso em outras situações. Já foi o maior produtor de borracha do mundo, mas agora deixou de ser, pois a produção de borracha na geração de emprego e na economia nacional perdeu o sentido, porque não houve uma política apropriada para isso. O café é hoje um gerador de emprego, renda e riqueza.

Infelizmente outros países, como a Colômbia, estão tendo um maior incentivo, um trato mais responsável com essa atividade. Falo com conhecimento de causa porque sei o que o cafeicultor está sofrendo. Atualmente estamos colhendo o café. Quem toma um cafezinho, na cozinha, no trabalho, às vezes não pensa como ele é produzido. Às vezes pensam que vem de uma fábrica, mas não, vem da terra, e não vem da terra pronto, como se fosse um pozinho a ser empacotado. Para se ter uma ideia, o cafeicultor sofre com um problema. Esta é uma lavoura perene, num ano produz um pouco mais, no outro um pouco menos. Sou produtor de café, e, neste ano, minha lavoura está produzindo um pouco menos. Os trabalhadores que trabalham para mim - aliás, todos com carteiras assinadas, pois trabalhamos com seriedade e responsabilidade -, além do contrato, da carteira assinada, historicamente negociam uma produtividade, porque isso é estratégico para que ganhem um pouco mais e haja um equilíbrio no processo de colheita.

Para se produzir uma saca de café arábica - 60 kg -, considerado de primeiríssima qualidade, excelente, como produzimos em Minas Gerais, e que será vendida por pouco mais de R\$250,00, não são 60 litros de café, são quase 500 litros, no mínimo 450 litros, só para colher. Para colher o café, tive de entender-me com os trabalhadores, e é justo que se encontre o equilíbrio, pois, se há menos produção, ao invés de se pagar menos por litro de café, paga-se mais, porque a colheita rende menos. Quando a produção é muito grande, pode-se até obter um rendimento melhor, porque o trabalhador conseguirá colher um volume maior por dia. Cada pé de café dará um volume maior. Quando a produção é menor, acaba-se pagando mais por litro de café colhido. Hoje muitos dos produtores rurais têm de pagar, principalmente se a lavoura não está com produtividade adequada, satisfação, R\$0,15 por litro. Se multiplicarmos esse valor por 450 litros ou 500 litros, dependendo do tipo de produção, se o café está com maior ou menor tamanho, apenas para colher o café na lavoura são gastos aproximadamente R\$70,00. Depois esse café é levado para o terreiro, para o processamento de secagem. Então chega a fazer-se uma saca de café por mais de R\$100,00, depois de limpo. Isso é só para colher. Colhe-se uma saca de café depois de ficar adubando durante um ano. Mas não é só isso. O pé de café começa a produzir satisfatoriamente depois de dois anos de plantado. Quem bebe o cafezinho não pensa que ali há mais de três anos seguidos de trabalho de milhares de pessoas. O dinheiro não vai apenas para as mãos do produtor de café, vai para milhares de pessoas, trabalhadores. Se essa fonte secar, o emprego de muita gente também seca. E parece que o governo não acorda, pois não há uma política pública que respeite

esse produtor. O preço do adubo está nas mãos de meia dúzia e sobe assustadoramente, pois há um cartel dominando, mas o governo não toma atitude alguma. Os impostos são altos, não há uma política de crédito no momento certo, e esse produtor vai empobrecendo e caminhando para quebrar, literalmente.

O Deputado Carlos Mosconi, que conhece bem o assunto começou fazendo uma reflexão de como é o café no cenário mundial. Como o Brasil produz e fica com pouca riqueza. Os maiores vendedores de café do mundo, como a Itália e a Alemanha, não têm um pé de café. Compram café no Brasil, processam e vendem em toda a Europa. Até hoje não conseguimos incentivo sequer para industrializar o café aqui. Então completo essa análise mundial com uma análise bem pé no chão, bem de roceiro. Sou da roça, sou produtor de café. Nós, que produzimos, não ficamos nem com 1%.

O pior é que ultimamente estamos ficando é com prejuízo. Produzir está custando mais do que vender. Pode surgir outra indagação: por que não se para de produzir hoje? Não se entra e sai numa atividade como essa do dia para a noite. Como disse, uma lavoura de café gasta muitos anos para ser implantada. São investimentos de muitos anos de trabalho. E não é apenas a lavoura que gera gastos, pois é preciso comprar equipamentos, montar uma estrutura. Essa atividade passa a ser de uma vida. Costuma ser até de várias gerações. Vira uma tradição, um aprendizado. O sujeito sabe fazer aquilo e, de repente, o volume de dinheiro que gasta para produzir é maior do que aquele que recebe. É uma matemática simples que só o pessoal do governo não consegue entender. Temos percebido que, a cada dia, as autoridades públicas são de burocratas que ficam atrás da mesa, nos gabinetes, sem saber como é a vida do homem do campo.

Aproveito para falar de um projeto de minha autoria que mudou a área de preservação permanente do entorno de barragem artificial - absurdamente eram exigidos 100m de afastamento, enquanto na beira de um córrego ou até de um pequeno rio são exigidos 30m de afastamento, o suficiente para preservar a mata ciliar -, na margem de uma barragem artificial são exigidos 100m, o que inviabiliza a atividade produtiva. Mandam arrancar cafezais, impedem a ligação de energia elétrica e dificultam o turismo. Fiz uma lei defendendo o meio ambiente porque quero que ele seja preservado, mesmo sendo um lago artificial à margem da barragem. Mas que isso ocorra de maneira racional, lógica, com respeito a quem quer produzir. A lei já existe, foi aprovada. Alguns acreditavam que isso não seria possível. Refiro-me a essa lei porque temos em mãos uma sentença decidida há poucos dias pelo Juiz Paulo Cássio Moreira, de Alfenas. Ao analisar o processo de reserva legal e de área de preservação permanente, o Juiz entendeu que o que estavam querendo exigir do produtor rural era absurdo: que arrancasse o cafezal para plantar mata nativa, sendo que já preserva a beira do córrego e a nascente, cumpre todas as regras ambientais. Aí vem o burocrata querendo aplicar no Sul de Minas, na área onde a agricultura já está consolidada, onde as pessoas estão trabalhando e plantando, uma regra que deve ser implantada na Amazônia e no Pantanal. Lá é que temos de ser radicais, sim. Não podemos permitir nenhum desmatamento.

Equivocadamente, em vez de trabalhar para evitar o desmatamento da Amazônia, vem meia dúzia, não de "ambientalistas", mas de "ambientalóides", querendo dizer que não basta preservar as nascentes, as margens dos córregos, mas que é preciso arrancar as lavouras de café, destruir o que já vem sendo consolidado há várias décadas, criar, além das áreas de preservação permanente, mais uma reserva legal e plantar alguma espécie nativa. Ora, é muita demagogia para quem não sabe a luta do produtor, que não está conseguindo tratar da sua família.

O próprio governo Aécio Neves aprovou uma lei - fui coautor de uma emenda juntamente ao Deputado Roberto Carvalho, do PT - criando a Bolsa Verde. Foi uma decisão para ajudar o produtor que preserva as nascentes, repassando um recurso público para fazer uma cerca em torno dela e compreendendo que, ao preservar uma nascente, o produtor está defendendo não apenas o seu patrimônio, mas o patrimônio da humanidade. Portanto, é justo que, de alguma forma, seja compensado por todo o ano de trabalho. Ele fica atento para ver se a cerca está caindo e se será preciso reconstruí-la. E olhem que não pode cortar nenhuma árvore na fazenda, tem de comprar madeira de mata plantada, tratada, ou fazer uma cerca de concreto para preservar a nascente. Ele gasta dinheiro para preservar o meio ambiente, e está correto. Não abro mão disso. Temos de preservar as nascentes, mas o produtor também tem de ser preservado. Se começarmos a tratá-lo como bandido e criminoso; se não tivermos consciência da luta que é para esse cidadão tratar da sua família, plantando milho, arroz, cuidando do gado leiteiro; se acharmos que ele é um mero explorador da natureza, como se ainda vivêssemos na era do extrativismo...

Alguns pensam que, para obter o leite, basta fechar uma vaquinha, tirar o leite dela e soltá-la. Sou médico veterinário e sei que não existe mais o extrativismo, o simples extrair. Para terem um boi de corte hoje, têm que tratar dele durante vários anos. Se quiserem leite, têm que tratar do animal, gastar com ele. Se querem colher milho ou soja, têm que gastar com adubos, fazer investimentos. O produtor rural é um parceiro da natureza, e não um explorador. Ninguém mais do que eu e meus companheiros produtores e trabalhadores rurais sabe que sem a natureza não dá para sobreviver. Queremos preservá-la.

O tempo não será suficiente para dizer tudo, mas eu fazia referência à sentença e ao fato de que felizmente está começando a prevalecer o bom senso. O Juiz, de forma muito clara, nessa sentença longa, deixa sua decisão de que não procedia aquele pedido do Ministério Público e das autoridades do IEF, que queriam punir aquele produtor rural. Existe produtor rural em Pará de Minas que está em prisão domiciliar porque foi arar a terra para plantar. Como o IEF é demorado, a licença demorou a sair, e o produtor começou a arar porque, se esperasse, acabaria a estação da chuva e não daria mais tempo para plantar. Disseram que ele passou o carro na frente dos bois, que ele não podia ter preparado a terra para plantar. Deram uma sentença, até com prisão domiciliar: um absurdo, uma calamidade. Faço aqui esse desabafo em nome dos produtores rurais porque não são só os cafeicultores.

Dia 1º de junho é uma data extremamente simbólica para mim. Primeiro, porque é aniversário da minha querida Divinópolis e de Bom Despacho. No mês de junho temos também o aniversário de Formiga, de Juiz de Fora, de grandes cidades que são referência para o nosso Estado e para o nosso país. É uma data de um simbolismo muito grande para nós. Congratulo-me aqui com todas as cidades que comemoram seu aniversário, em especial a cidade onde tive o privilégio de ser Vereador e Prefeito, onde vivo, onde criei meus filhos: minha querida Divinópolis. Mas dia 1º de junho é também o Dia do Produtor de Leite, dia do leite, um alimento sagrado, um alimento materno, um alimento da vida que, infelizmente, não recebe o merecido reconhecimento por parte até de quem o consome no dia a dia. Muitos não têm a compreensão de que ele não sai simplesmente de uma indústria, mas sim é resultado do esforço, da luta, do trabalho de produtores rurais. Tive a alegria de aprovar, no final do ano passado, uma lei de nossa autoria, com o apoio dos colegas, que foi regulamentada no mês de março e entrou em vigor em abril, concedendo isenção total de ICMS para o produtor de leite e transferindo um crédito presumido para a indústria de laticínio, para dar um mínimo de apoio a essa indústria que gera tanto emprego, principalmente para o produtor de leite. Então, dia 1º de junho é uma data de extrema significância, não só por ser o aniversário da minha querida Divinópolis e de outras cidades que aqui citei, mas também por ser o Dia do Produtor de Leite. Deixo aqui minha saudação aos produtores de leite, aos trabalhadores rurais de um modo geral, porque esse produto simboliza a luta do trabalhador rural e do produtor rural. Quem produz leite em sua propriedade não tem sequer um dia do ano de descanso. Hoje, um animal é preparado para produzir leite, não é um simples ato de extrativismo, não basta ter uma vaquinha. A vaca é produzida geneticamente para produzir 20, 30, 40 litros de leite, então não podem deixar de ordenhá-la, no mínimo, uma vez por dia, senão ela adoecerá.

Então, não tem feriado, domingo, Sexta-Feira da Paixão, Natal: todo dia é dia de trabalho para o produtor de leite, e começa de madrugada, indo até o início da noite. E às vezes as pessoas não sabem reconhecer a luta do produtor e do trabalhador rural, sendo que alguns ainda ousam tratá-los como criminosos. Portanto, tenho que levantar minha voz em defesa dos trabalhadores e produtores rurais de nossa Minas Gerais e do nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pela TV Assembleia, em um primeiro momento gostaríamos de debater o projeto de lei que cria a agência reguladora que fiscaliza os serviços de água e esgoto. A primeira conquista, no dia de hoje, é a retirada do regime de urgência, pois isso possibilita avançarmos mais no debate e aprofundá-lo. Nós, do PT, sempre reivindicamos

esse projeto, para adequar a Lei Federal nº 11.445, mas está claro para nós que o projeto, da maneira como veio do governo, não nos atende, como não atende aos 853 Municípios de Minas. Às vezes, os Prefeitos, os Vereadores ainda não atinaram para a importância desse projeto e para o modo como ele pode comprometer o Município, tirando sua autonomia, algo que lhe é garantido pela própria Constituição. Nossa esperança, uma vez que conquistamos em um primeiro momento a retirada do regime de urgência, é que isso não tenha ocorrido simplesmente para a dispersão e seja uma sinalização clara do governo para respeitar a Assembleia Legislativa no cumprimento de seu papel: aprimorar um projeto, seja por meio de emendas, seja por meio de substitutivos.

Quero reafirmar os pontos que consideramos prejudiciais ao povo mineiro e outros em que podemos avançar oferecendo algo de melhor ao nosso povo. O primeiro ponto é o conceito de saneamento. A Lei Federal nº 11.445 é muito clara, não restringe saneamento ao serviço de água e esgoto. Outros pontos importantes são a destinação das águas pluviais e a coleta e destinação do lixo e de resíduos sólidos. A agência de saneamento tem toda essa abrangência: abastecimento de água, tratamento do esgoto, destinação da água pluvial e coleta e destinação do lixo.

É inconcebível não avançar mais. O próprio momento é um apelo à nossa consciência para economizar. Temos de tratar o recurso público com seriedade, com muita seriedade. Vejam bem, ao criar uma agência restrita para fiscalizar e regular água e esgoto, por que não agência de saneamento? Regular água para o abastecimento, esgoto, e a mesma agência também regular e fiscalizar a água pluvial, sua destinação, e também o lixo e resíduos sólidos. Pela lei federal, vai-se obrigar a criar uma outra agência para fiscalizar e regular esses serviços no Estado. Cada Estado tem de cumprir esse papel. Só que há Estado que está avançando no conceito de saneamento. E aqui, parece - como é o Governador - que o projeto está no original, ainda não conseguimos alterá-lo. Ele vai indicar toda a diretoria dessa agência? Depois vai ter de criar outra agência, mais Diretores. Será que é para criar cargos? Creio que não. Pelo menos não deveria ser assim. Então, o avanço primeiro que esperamos agora é uma abrangência da agência. Trata-se de economizar o dinheiro público e ter uma visão do todo. Precisa-se do conceito de saneamento.

Outro ponto importante é a própria direção dessa agência, porque lá está como nomeação do Governador. Hoje quem tem ações da Copasa, o principal majoritário, é o governo do Estado. Companheiros Deputados Almir Paraca e André Quintão, essa agência vai ser como um braço da Copasa e também do governo. Então, fiscalizar o quê? Fiscalizar a si mesmo. Ela perde o sentido porque está sob as asas da própria Copasa. É uma coisa absurda, e muitas vezes os colegas e o próprio governo não reconhecem isso. Por isso vejo a conquista de se o retirar do regime de urgência. Aí, sim, vamos ter de envolver os Municípios. Cada cidadão tem de cobrar do Prefeito e do Vereador o envolvimento na discussão desse projeto. E como? Ter na direção dessa agência representantes dos Prefeitos, dos Municípios. Porque a titularidade da água, do esgoto, lixo, água pluvial é do Município. Seiscentos e onze Municípios, dos 853, têm convênio com a Copasa. Por isso a Copasa é responsável. E ela é responsável não somente pelo abastecimento de água, mas também pelo tratamento de esgoto, o que ela não vem fazendo, aliás lança direto nos córregos, ribeirões e rios, o que é um absurdo a essa altura da história. E ainda cobra por isso.

Então o que esperamos é que a direção tenha assentos também na representação dos Municípios ou, ao menos, um conselho composto por representantes dos usuários, das agências, dos consórcios públicos, das entidades que trabalham com meio ambiente, porque é responsabilidade de todos que tiram a água devolvê-la aos rios de igual ou melhor forma. A questão ambiental está em jogo. Esse é o primeiro ponto em relação ao conceito e à direção.

O segundo ponto diz respeito à titularidade. A própria Constituição dispõe que o serviço de água, esgoto, lixo e água pluvial é responsabilidade do Município. Este, por meio de convênio, repassa essa responsabilidade para uma empresa ou cria uma, mas a responsabilidade deste Município prevalece, é resguardada e compartilhada com a empresa prestadora de serviços, de acordo com as cláusulas estabelecidas em cada convênio. Na maioria das vezes, esta empresa prestadora de serviços é a Copasa. Então, do jeito que está, todos os Municípios que já têm convênio estabelecido com a Copasa automaticamente têm esse serviço regulamentado e fiscalizado por essa agência que se está criando, por esse braço da Copasa e do governo. Aí está o erro, porque a prioridade não será a qualidade do serviço; o foco não será o usuário, mas sim a Copasa, a empresa. Trata-se de uma empresa de economia mista, que tem vários acionistas e, como objetivo principal, o lucro. Não podemos permitir essa inconstitucionalidade, que é a perda da titularidade dos Municípios em relação aos serviços de saneamento e à fiscalização deles. Da forma como está, essa agência não terá autonomia alguma, pois quem dará as coordenadas será a Copasa, por isso não temos dúvida de que essa agência virá para balizar os reajustes. O objetivo da criação dessa agência é dar aval aos reajustes solicitados pela Copasa, e não atender aos usuários, às reivindicações de qualidade dos serviços de água e esgoto.

Esses são os pontos críticos desse projeto. Estamos confiantes de que a sua retirada do regime de urgência é uma sinalização clara do governo de que podemos dar nossa contribuição por meio de emendas e substitutivos e dessa forma aprimorar esse projeto, oferecendo ao povo mineiro um instrumento que facilite a vida de cada cidadão, dos usuários, e sobretudo a gestão pública municipal, que tem o dever, de acordo com a Lei Federal nº 11.445, de ter uma agência reguladora desses serviços.

Que custa? Se o Estado já está criando uma agência, por que não estendê-la, de acordo com o próprio conceito de saneamento?

Esta é a celebração pela conquista da bancada e de outros Deputados relativa ao pedido do governo de retirada do regime de urgência, o que já foi lido aqui, nesta tarde. Estaremos debatendo mais o tema e envolvendo sobretudo os Prefeitos, que devem ser os principais interessados. Cada cidadão deve cobrar do Prefeito e do Vereador seu envolvimento na discussão desse projeto. Do contrário, quem pagará a conta, posteriormente, será você, usuário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha neste momento pela TV Assembleia, estou aqui novamente para trazer um tema que me tem envolvido insistentemente nos últimos tempos, o programa Luz para Todos. Já tive oportunidade de conversar com o Presidente sobre esse programa, que é fundamental quando se trata de interiorizar o desenvolvimento. Neste momento há necessidade de se colocar na agenda do governo de Minas Gerais e da Assembleia a solução desse programa.

Realizamos, na semana atrasada, uma audiência pública nesta Casa. Compareceram representantes da Cemig e alguns membros do Conselho Gestor Estadual do programa. Já consideramos superada a disputa para saber quem é o pai da criança. Não vamos ficar na insistência para saber de quem é o programa Luz para Todos, se é do governo Federal, do governo Lula, ou se é do governo do Estado. É pacífico que o programa é fruto de uma parceria entre o governo federal e o governo de Minas.

Esse programa nacional, que está em todos os Estados da Federação, vem colocar na ordem do dia um fator crucial para a interiorização do desenvolvimento, que é o acesso à disponibilidade de energia elétrica, não só para ofertar conforto às famílias do campo, colaborando para evitar o êxodo rural em razão do atrativo que as cidades, os grandes centros urbanos exercem sobre as pessoas que moram no campo, mas, principalmente, para disponibilizar energia voltada ao apoio à produção, para a agregação de valor à produção, para a melhora da produtividade no meio rural. Esse programa é, portanto, fator de ampliação da renda e de manutenção do homem no campo.

Tive oportunidade, Sr. Presidente, na semana passada, de participar de três audiências públicas. Em todas elas foi debatido o Luz para Todos. Já fizemos os cálculos, já nos manifestamos aqui a respeito deles, mas vamos repetir.

No momento em que comparamos o plano da Cemig para disponibilizar a energia elétrica na região noroeste de Minas, na região da nossa querida Paracatu e na região das Bacias do Rio Paracatu e Urucuia, percebemos que ainda existe um percentual muito grande da demanda a ser atendido. Aquilo com que a Cemig está se comprometendo, formal e oficialmente, como foi imposto no controle da Aneel, é muito pouco. Essa relação entre atendimento e demanda é muito pequena, visto que somente 23% da demanda reprimida - o chamado mercado potencial, segundo a terminologia da Cemig - será atendida dentro do contrato das 55 mil ligações hoje vigente entre a Cemig, o governo do Estado e a Eletrobrás.

Portanto, estamos reclamando, cobrando a priorização que ficou pactuada no Conselho Gestor Estadual para as áreas contempladas cobertas pelo programa Territórios da Cidadania. Não é possível admitir que se faça exatamente o avesso da priorização, porque é justamente isso que está acontecendo não só no Noroeste de Minas, mas também no Norte, no Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, exatamente as regiões mais empobrecidas, de menor IDH do Estado - um dos principais indicadores para a priorização no programa Luz para Todos.

Nas três audiências que foram realizadas na semana passada e das quais participei, nas cidade de Brasília de Minas, Urucuia e Riachinho, assistimos aos pequenos produtores rurais, principalmente os agricultores familiares, pleiteando serem atendidos pelo programa Luz para Todos, ainda neste ano, com a esperança de que sejam contemplados até o final de 2010, quando se encerra o mandato do Presidente Lula e esse programa.

É importante lembrar que ainda faltam cerca de 50 mil ligações, além das 55 mil do atual contrato. A nossa preocupação é que precisa ser rapidamente formalizado um novo contrato para dar conta dessa diferença. Além disso, é preciso agilidade nas licitações. Isso porque, a exemplo do que vem acontecendo agora, no atual contrato, a demora é evidente. Ele foi assinado em setembro, e até hoje estamos em processo de licitação. Portanto, se quisermos atender à meta estabelecida pelo Presidente Lula de fazer com que a lamparina ou candeieiro, como se fala em algumas regiões, vire peça de museu, é preciso colocarmos na ordem do dia, na agenda da Assembleia, uma solução definitiva para o programa Luz para Todos. Isso é plenamente possível, e a Cemig já demonstrou capacidade operacional de executar as ligações do programa Luz para Todos num patamar muito superior ao que vem fazendo hoje, após ter retomado uma parte do programa e a partir do que ainda vai realizar após o resultado da licitação que está em curso. No passado, dentro do programa Luz para Todos, a Cemig já fez isso, já provou que tem capacidade. Portanto, temos todas as condições para resolver esse problema. Para isso, o governo federal tem recurso disponível, e a Cemig também, pois vem obtendo lucros fabulosos. Da mesma forma, o governo do Estado já tem a sua provisão de recursos para o programa para este ano e poderá perfeitamente projetar, para o Orçamento do ano que vem, a sua conclusão.

Continuaremos acompanhando. A Cemig saiu da audiência pública com o compromisso de, até o final do mês de maio, apresentar o consolidado do mercado potencial - por nós chamado de "demanda reprimida" - para então apurar o número exato de ligações que faltam, confeccionar, elaborar e assinar um novo contrato que encaminhe solução para o programa Luz para Todos.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de falar de um outro programa importantíssimo que está em curso e que está aberto à acolhida de projetos. Trata-se de um programa federal no qual Minas Gerais vem destacando-se em todo o Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos, executado pela Conab com recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que é dirigido pelo caro companheiro Ministro Patrus Ananias. Fazemos o acompanhamento desse programa desde sempre. Trata-se de um programa engenhoso, Sr. Presidente, que, ao mesmo tempo em que favorece o planejamento, estimula a produção do agricultor familiar, porque garante a compra dos produtos. Ele faz uma doação simultânea: paga-se ao produtor rural e faz-se a doação, seja para complementar a merenda escolar nas escolas públicas, seja para atender a instituições que promovem assistência social ou a instituições que atuam como a Pastoral da Criança, a qual desenvolve uma ação que merecia, a essa altura, um "status" de política pública, pela sua relevância. Portanto, paga-se ao agricultor familiar - e paga-se bem pelos seus produtos - e faz-se a doação simultânea para órgãos públicos ou entidades sociais.

Minas Gerais, em 2008, foi um dos Estados que mais executou o Programa de Aquisição de Alimentos da Conab e do MDS. Sr. Presidente, 20% de todo o recurso disponibilizado nacionalmente foram executados pela Conab em Minas. Foram atendidos 10 mil agricultores no Estado, por meio de projetos apresentados por 200 entidades sociais. O programa, no ano passado, perfazia R\$188.000.000,00, e 20% desse total foi aplicado aqui, em Minas. Este ano o programa disponibiliza R\$240.000.000,00. Estamos divulgando esses dados porque os recursos são disponibilizados para as Conabs estaduais à medida que se organiza a demanda e que os projetos são elaborados e entregues na Conab. E do que se precisa? É preciso fundamentalmente mapear a produção da agricultura familiar num determinado território - no Município, num Distrito, numa região, num recorte de Município ou de mais Municípios - por meio de um consórcio ou de uma entidade que tenha atuação em mais de um Município. Essas entidades não podem ser entidades públicas, devem ser entidades ligadas à produção da agricultura familiar, de modo a fortalecer também o associativismo, o cooperativismo, a organização dos pequenos agricultores no País. Mapeia-se, levanta-se a produção, apresenta-se o resultado para a Conab juntamente com a indicação dos beneficiários da doação dos produtos: escolas, movimentos, pastorais sociais. Uma vez aprovada a indicação, a documentação estando toda certinha, o recurso passa a ser liberado para aquisição e doação dos alimentos.

Aqueles que querem participar desse programa devem procurar a Conab, buscar informação, porque esse é um programa que vem fazendo muito sucesso no Brasil inteiro e mais ainda em Minas Gerais.

Quero estender o convite do Deputado Federal Antônio Andrade, que estou reforçando, a todos os interessados da região Noroeste de Minas para que compareçam no próximo sábado, às 9 horas, no tateral da cidade de Buritis, porque um técnico da Conab de Belo Horizonte irá até aquela cidade para apresentar o programa, explicá-lo, detalhá-lo.

Também estaremos presentes para emitir a nossa opinião e dar orientações a respeito do assunto, porque conhecemos bem tanto esse programa quanto as dificuldades e entraves para que ele possa ser efetivamente bem executado no interior do Estado, fazendo um bem imenso: melhorar a renda dos agricultores familiares e auxiliar entidades que atuam na assistência social e na complementação da merenda escolar.

Queremos ainda, Sr. Presidente, lembrar, mais uma vez, que o prazo das inscrições para o prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, edição 2009, encerra-se no dia 29 de maio. Então, estamos próximos do fim do prazo das inscrições, e é fundamental que entidades sociais, prefeituras, institutos de pesquisa e universidades apresentem as ideias que já foram aplicadas - portanto, testadas - na resolução dos mais diversos problemas: as questões ambientais relacionadas à água ou à reciclagem ou à reutilização do lixo, para ampliar-se a vida dos aterros sanitários; as questões relativas a habitação; as questões que dizem respeito a geração de trabalho e renda, a energia, além de outros temas relacionados a dificuldades enfrentadas por pequenas comunidades do interior do País e que já foram superadas por meio de propostas engenhosas, soluções encontradas pela própria comunidade - às vezes, em pareceria com institutos de pesquisa ou universidades, às vezes com o seu conhecimento próprio.

Assim, mais uma vez, convidamos a participar do prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social todos aqueles - e todas as organizações - que ajudaram a solucionar problemas nas suas comunidades, disponibilizando, assim, o seu conhecimento, a sua técnica ou processo para fazer com que o benefício gerado em sua comunidade alcance muitas outras pais afora. Minas Gerais tem participado intensamente das últimas edições desse prêmio, disponibilizando a força e a competência do movimento social e dos movimentos populares, das organizações comunitárias do nosso Estado e levando seu conhecimento e seu apoio a muitas comunidades Brasil afora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

#### 43ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

##### Discursos Proferidos 28/5/2009

O Deputado Eros Biondini\* - Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, que preside esta reunião ordinária, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Casa, amigos que nos acompanham nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, canal que, cada vez mais, alcança um número maior de cidades mineiras. O que me traz à tribuna é o desejo de compartilhar um momento importante deste meu primeiro mandato como Deputado Estadual, o que, de certa forma, coroa a minha passagem por esta Casa Legislativa, já que não conhecemos as futuras missões que nos esperam.

Na terça-feira, em Brasília, no Senado Federal, foi entregue o Prêmio do Mérito Legislador 2008, que consiste na premiação de 150 projetos de lei no ano de 2008, entre os milhares apresentados no Brasil, em todas as Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Distrital e Federal e no Senado da República.

O Projeto de Lei nº 17.714/2008, de nossa autoria, foi premiado. Quero agradecer ao corpo técnico da Casa e aos nobres colegas Deputados que, com tanta boa-vontade, acompanharam a tramitação desse projeto, que prevê a afiação do quadro de vacinas obrigatórias infantis em toda a rede estadual de saúde do Estado. Esse projeto foi elaborado com muito cuidado e, apesar de aparentemente simplório, com certeza é de fácil aplicabilidade e fará com que as famílias tenham condições de acompanhar e controlar melhor a vacinação de seus filhos. Isso evitará doenças, descongestionará os postos de saúde e, conseqüentemente, fará com que o Estado deixe de gastar no tratamento de crianças doentes. Sabemos que as famílias mais carentes, mais simples têm uma dificuldade de controle até mesmo no seu cartão de vacinação interno; as mães não sabem muito bem quando e como fazer a vacinação de seus filhos. Esse projeto de lei tem essa finalidade.

O Prêmio do Mérito Legislador, na terça-feira passada, honrou-nos muito, Sr. Presidente, porque esse projeto foi muito comentado na ocasião. A princípio, ele previa a inclusão do quadro de vacinação nas caixinhas de leite. No substitutivo apresentado durante a tramitação, evoluiu para que tivéssemos a afiação do quadro de vacinação obrigatória nos prédios de saúde do Estado.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)\* - Agradeço o aparte. Além de seu colega, Deputado, tenho a obrigação de parabenizá-lo em dobro, sendo eu pediatra, pela importância, pelo significado desse projeto, que, como V. Exa. falou, inicialmente parecia ser muito simplório, muito simples, mas é de grande alcance social. Nas caixinhas de leite, como V. Exa. mesmo previa, seria difícil, uma vez que sabemos que às vezes a caixa Tetrapak é mais cara do que o próprio leite, o que dificulta ao pobre comprá-lo. Então, ele não teria tanto acesso, e são eles, os pobres, os que mais precisam. Esse projeto foi realmente melhorado pelas várias outras cabeças de representantes do povo que compõem a Assembleia, sem perder o foco. Obtivemos com isso êxito por meio da sua iniciativa, que vem beneficiar preventivamente as nossas crianças. Nós, pediatras, sabemos que a prevenção é infinitamente mais importante que tratamentos, que internação, que paliativos. Parabenizo V. Exa. pela grandiosidade, e ao mesmo tempo pela simplicidade desse projeto, que lhe conferiu, para satisfação de todos nós, seus colegas, esse título de reconhecimento por esse instituto de pesquisa legislativo e pelo próprio Senado Federal. Parabenizo V. Exa. E, mais ainda, as crianças mineiras, que serão beneficiadas por esse projeto, hoje já uma lei vigorando em nosso Estado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Para não interrompê-lo novamente, Deputado Eros Biondini, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentá-lo por essa premiação em âmbito nacional, que honra toda esta Casa, concedida a V. Exa., por um projeto que pode parecer simples, mas que é extremamente importante, pois a informação realmente ajuda na prevenção e na promoção da saúde da criança. Lembrando que seu trabalho sempre tem sido em defesa da vida, com esse projeto esse objetivo principal do seu mandato - a defesa da vida, repito - está sendo alcançado. Assim, quero parabenizá-lo neste dia.

O Deputado Eros Biondini\* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Quero agradecer ao Instituto Legislativo Brasileiro - ILB - e ao Instituto de Estudos do Legislativo Brasileiro - Idelb -, que, com o Senado Federal, promoveram o estudo dos projetos de lei apresentados em todas as esferas do poder, entre os quais selecionaram 150. Na última terça-feira estivemos em Brasília, na companhia dos Deputados Estaduais e Federais e Senadores que foram agraciados com a mesma premiação, para receber esse prêmio, de cuja descrição quero ler parte. (- Lê:)

"Prêmio do Mérito Legislador 2008. Os 150 melhores projetos parlamentares do Brasil. A atuação do Poder Legislativo Municipal, Estadual e Federal.

A valorização, a importância, a responsabilidade e o reconhecimento do Poder Legislativo pelo seu significativo e constante trabalho na defesa precípua dos legítimos e soberanos interesses e garantias fundamentais do Estado Democrático de Direito. **O Prêmio do Mérito Legislador 2008** tem como objetivo destacar os **150 melhores projetos de lei de autoria dos parlamentares: Vereadores, Deputados Estaduais, Federais, Distritais e Senadores da República**, inscritos no **Prêmio do Mérito Legislador - 2008**, em reconhecimento por sua relevância social para a comunidade e para o País".

Gostaria de compartilhar essa premiação com os colegas, pois, como disse muito bem o Deputado Doutor Viana, se, durante a tramitação do projeto, não houvesse a intervenção das comissões e dos nobres pares para seu aprimoramento, possivelmente não teríamos obtido esse reconhecimento. Também, como não poderia deixar de fazer, compartilho esse prêmio com minha equipe de gabinete, que, comigo, tanto se empenhou e tem-se empenhado em fazer um bom trabalho nesta Assembleia, especialmente a Roseli, minha assessora política, aqui presente, que elaborou comigo esse projeto de lei tão importante que nos fez merecer essa premiação. Quero citar também o corpo técnico da Assembleia, que, com qualidade e competência, tem-nos auxiliado sobremaneira na elaboração e tramitação dos nossos projetos de lei, que assim são melhorados.

Em minha passagem nesta Casa, nos quatro anos desta legislatura, sinto-me certo de ter cumprido a missão, ou melhor, de estar cumprindo a missão. É claro que muitas outras coisas ainda precisam ser feitas e que tudo o que fizermos ainda será pouco diante da realidade sofrida do nosso povo e das nossas crianças. Aliás, no dia 18 de junho, realizaremos aqui, a requerimento deste Deputado e do Deputado Vanderlei Miranda, uma audiência pública para debatermos a pedofilia, com a presença do Senador Magno Malta.

Enfrentamos todos os tipos de problemas sociais, desigualdades e dificuldades, até mesmo alguns desvios de conduta que muitas vezes dificultam o nosso trabalho parlamentar. Mas, com o recebimento de uma premiação como essa, do Mérito Legislador, sentimo-nos confirmados, encorajados e renovados em nossas forças para continuar lutando por aqueles que mais precisam.

A Deputada Maria Tereza Lara foi muito clara e objetiva ao dizer que todos os nossos projetos e ideias - assim como os de V. Exa., Deputado Célio Moreira - voltam-se sempre para a defesa e valorização da vida e da dignidade humana. Não é outro o objetivo desse projeto que agora foi reconhecido, que parece tão simples - a afiação do quadro de vacina nos prédios da rede pública estadual de saúde -, mas que tem aplicabilidade tão fácil.

Hoje, o que buscamos nas leis sancionadas é a aplicabilidade. Muitas vezes a complexidade dos projetos e das leis torna difícil sua aplicação.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Deputado Eros Biondini, é um honra aparta-lo. Já tive oportunidade de parabenizar V. Exa. pelo prêmio que recebeu em Brasília, e a Casa ganhou muito com sua presença. A Assembleia Legislativa é grata pelo seu trabalho, pela sua honestidade e pelo seu compromisso em defesa da vida, compromisso com a ética e a transparência. É de homens assim que precisamos na Câmara Federal, trabalhando para que este Brasil mude realmente. Trabalharemos juntos para que V. Exa. possa demonstrar que o Brasil ganhará muito com sua inteligência e capacidade de fazer política e promover o bem comum, com a responsabilidade que V. Exa. carrega no cenário nacional. Parabênize sua assessoria pela dedicação e a V. Exa. pelo prêmio recebido, que muito engrandece a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O Deputado Eros Biondini\* - Obrigado. Esses apartes me honram, pois é uma alegria ser mineiro e representante deste povo tão especial, ao mesmo tempo que é uma grande responsabilidade. É uma honra. Neste momento especial do meu primeiro mandato, percebo a qualidade desta Casa. Fiz o curso de especialização em Poder Legislativo oferecido pela PUC Minas e pela Escola do Legislativo e tenho observado a competência dos servidores desta Casa em comparação às demais Casas Legislativas do Brasil. É diferente o nível dos nossos servidores e do corpo técnico, assim como a forma como nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, tem conduzido a Casa. Fica o sentimento de gratidão a Deus por me confirmar, por meio desse pequeno, mas importante sinal, que a passagem por esta Casa não está sendo em vão, sem deixar uma marca. Quero agradecer àqueles que, com seu apoio e experiência, têm dado a mão aos que estão no primeiro mandato, para conseguirmos mostrar os nossos dons e qualidades.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Temos apenas poucos segundos, mas solicito ao Presidente que seja condescendente em relação ao tempo. Deputado Eros Biondini, V. Exa. está de parabéns pelo projeto, principalmente neste momento em que nossas crianças estão sendo tão agredidas. Qualquer ação em defesa da vida, especialmente das crianças, será sempre aplaudida por esta Casa. E, vindo de V. Exa., não é nenhuma novidade, haja vista o compromisso que tem com a vida. E percebemos um tom de despedida na sua fala, o que lamentamos. Mas quero crer que, ao perdermos um companheiro aqui, ganharemos em outra instância um lutador, um guerreiro que fará muitas coisas, e a população logo saberá do que estamos falando por enigmas, mas que ficará claro em algum tempo. Obrigado.

O Deputado Delvito Alves (em aparte) - Deputado Eros Biondini, registro a nossa alegria e, ao mesmo tempo, parabenizo-o pela homenagem que recebeu recentemente no Congresso Nacional, referente ao projeto que apresentou nesta Casa do povo mineiro. Como bem disse o Deputado Vanderlei Miranda, a tonalidade do discurso de V. Exa. está sendo praticamente de despedida. Tenho a certeza de que V. Exa. saberá, e muito, representar também Minas Gerais no Congresso Nacional.

O Deputado Eros Biondini\* - Obrigado, Deputado Delvito Alves. Esclareço que estar na Assembleia Legislativa é uma grande satisfação, é uma honra ser um representante nesta esfera estadual.

A Deputada Gláucia Brandão (em aparte)\* - Agradeço a Deus pela sua vida, Deputado Eros Biondini, porque tem sido um instrumento na mão dele, abençoando vidas e Minas Gerais. Parabênize V. Exa. pelo que tem feito, pelo seu compromisso com as causas e a promoção da justiça, pela sua integridade e pela verdade existente nas suas ações. Quero lhe desejar sucesso e dizer que nós, parlamentares mineiros, orgulhamo-nos de V. Exa. e dessa justa e merecida premiação. Que Deus continue abrindo portas para V. Exa. continuar servindo a Ele com alegria e amor!

O Deputado Eros Biondini\* - Obrigado, Deputada. Concluindo, Sr. Presidente, comunico que deixarei este troféu na sala da Presidência, junto ao Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, bem como o Certificado do Prêmio do Mérito Legislador 2008. Oportunamente, cada um de nós poderá compartilhar desse momento, especial não só para este Deputado, mas também para toda a Casa Legislativa de Minas Gerais, que terça-feira foi elogiada pelos Senadores e pelo Presidente do Instituto de Pesquisas Legislativas do Brasil. Agradeço a V. Exa. por me conceder um tempo além do estipulado, mas foi por uma nobre causa. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Em nome da Mesa e de todos os Deputados e Deputadas desta Casa, parabenizo o Deputado Eros Biondini.

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Nossos cumprimentos ao Deputado Weliton Prado, que preside esta reunião, e a todos os Deputados e Deputadas desta Casa aqui presentes. Mais uma vez, Deputado Eros Biondini, cumprimento-o pela merecida homenagem, por esse prêmio e pelo seu trabalho profícuo, e agora V. Exa. pretende alçar voos mais altos.

Gostaria de pontuar três assuntos. O primeiro é que ontem estivemos em Pouso Alegre, juntamente com dois Secretários da Prefeitura de Betim - José do Carmo, Secretário de Obras, e Leandro Pedrosa, Secretário de Desenvolvimento Econômico -, para visitar a diretoria da empresa OHL Brasil, responsável pela construção da alça rodoviária na BR-381 em Betim. É uma obra extremamente importante. Há aproximadamente 12 anos nossa cidade aguarda essa obra, para que a BR deixe de cortar a cidade ao meio, passe a ser uma avenida, e para que tenhamos uma alça rodoviária que favoreça o trânsito. Favorecerá não só nossa cidade, mas também a Região Metropolitana e até o próprio Estado.

Na Comissão de Transporte, juntamente com o Deputado Ivair Nogueira, que também reside em Betim, aprovamos um requerimento solicitando que a diretoria dessa empresa fosse visitada por representantes da Comissão para pedirmos agilidade nessa obra. Anteriormente, foi realizada uma audiência pública nesta Casa convidando representantes da empresa. Naquele momento, assinamos esse requerimento, com o Deputado Ivair Nogueira, solicitando intervenção junto à diretoria da empresa. Convidados pelos representantes do Executivo de Betim, lá estivemos. Por problemas de saúde, o Deputado Ivair Nogueira não pôde estar presente, mas acompanhou de perto essa ação.

Lá percebemos que há realmente necessidade de contribuirmos, sobretudo quanto ao licenciamento ambiental, para que a obra seja agilizada. Como o prazo já expirou, será necessário requerer novo licenciamento, renovar todo o processo junto à Feam e ao Ibama, em relação também à desapropriação. Eles ainda não têm um cronograma definido, não se sabe o prazo para o término da obra, exatamente por causa dessas questões. Tanto o Executivo de Betim quanto esta Casa comprometeram-se a acompanhar - e isso será feito por meio da nossa presença junto a esses órgãos estaduais e federais - e exigir a agilidade dessa obra que é necessária, para que, em relação ao trânsito, haja mais segurança e qualidade para a nossa sociedade.

Falei com o caro Deputado Fábio Avelar, de maneira realmente afetiva, pois vimos que o Sr. Omar de Castro Ribeiro, Diretor Superintendente, foi seu colega de escola. Havia mais de 30 anos não se viam. Tivemos oportunidade de conversar com ele. Desejamos que se encontrem brevemente. Será mais uma oportunidade de o Deputado Fábio Avelar nos ajudar, pedindo a agilidade dessa obra, já que o seu colega de longa data é quem está dirigindo essa empresa.

Outro tema sobre o qual gostaríamos de falar é a II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, que ocorreu no Sesc Venda Nova, nos dias 23 e 24 de maio, oportunidade em que representamos esta Casa. Estiveram lá também os Deputados Weliton Prado, representando a

Mesa, Carlin Moura e Gláucia Brandão. Juntamente com eles e com outros nobres colegas, contribuimos para a discussão e participamos desse evento extremamente importante para a organização da nossa sociedade, para o combate à discriminação e ao racismo e para a organização das pessoas que historicamente foram tão excluídas: negros, índios e todo o povo que os representa.

A Conferência foi bastante profícua e dela foram retirados delegados para participarem da conferência nacional. Mais uma vez, esta Casa abriu espaço para a participação popular. Parabenizo a Assembleia de Minas por ser parceira desse evento, que foi organizado pelo governo do Estado; todavia, quem convocou e solicitou essa Conferência, mais uma vez, foi o governo federal, o nosso governo Lula, que, até hoje, já realizou 52 conferências, promovendo, assim, uma abertura à participação popular. Mais de 3 milhões de pessoas participam das conferências e contribuem, por meio do debate, para o planejamento, o plano nacional em suas várias áreas.

Cumprimento toda a comissão organizadora e deixo registrado, nesta Casa, que lá estiveram presentes também o Dr. João Batista, representando a Sedese, o governo federal, por meio da representante da Cepir, a Cacá, ex-Prefeita de Araçuaí, representando as mulheres, os negros e os que realmente têm compromisso no combate a todo e qualquer tipo de discriminação, e a Sílvia, uma das coordenadoras desse evento. Percebemos que, quando há participação efetiva dos movimentos organizados, quando há esse espírito de união de forças, podemos avançar no combate à discriminação, que é o grande problema que impede a nossa sociedade de ser mais digna, fraterna e igualitária. Portanto, a II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial foi um sucesso.

Quero cumprimentar, por meio da TV Assembleia, todas as cidades que se organizaram e fizeram as conferências municipais, a exemplo de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Boa Esperança, as cidades do Sul, do Norte, de todas as regiões do Estado. Inúmeras cidades participaram dessa Conferência e uniram forças para conseguir fazer com que todos e todas - negros, índios, quilombolas - tenham os seus direitos garantidos.

Em terceiro lugar, gostaria de dizer-lhes que recebi um telefonema dos companheiros de Divinópolis nos lembrando que essa cidade, na próxima segunda-feira, fará 97 anos. É uma cidade-polo do Centro-Oeste muito querida por todos nós. Nesta Casa temos dois Deputados que residem lá, os Deputados Domingos Sávio e Doutor Rinaldo, e, junto com eles, parabenizo o povo de Divinópolis. Participamos da sua história, aliás, temos assessoria lá e acompanhamos, não de hoje, mas de longo tempo, essa cidade progressista, que tem um povo que luta por dias melhores e seus direitos garantidos. Que seja uma sociedade, um povo mais feliz!

Cumprimento, pois, o povo de Divinópolis, todas as lideranças e os nossos companheiros do PT, que têm contribuído muito para que a cidade caminhe rumo a uma afirmação cada vez maior não só em Minas, mas em todo o Brasil.

Ontem votamos nesta Casa um projeto que liberava empréstimo para o governo estadual. Junto com meus colegas da Bancada do PT e do PCdoB, todos os parlamentares temos tido uma postura de respeito ao povo mineiro. Mesmo sendo de oposição ao governo, em tudo podemos contribuir para que o povo mineiro tenha realmente seus direitos garantidos e avance para uma sociedade de melhor estrutura em nossos Municípios, com garantia de melhor segurança, saúde e educação. Com certeza, nossa bancada tem dado sua contribuição de maneira responsável e transparente. Que nesta Casa, de fato, nos respeitemos mutuamente em nossas posições, pois somente dessa maneira podemos construir um Parlamento forte. Queremos que o Parlamento no Brasil seja forte, que a democracia representativa seja fortalecida e que avancemos em direção à democracia participativa, à democracia direta, sem perder de vista e sem desvalorizar a democracia representativa. Esse tem sido nosso papel nesta Casa e é o papel que temos procurado exercer aqui, nós, do Bloco PT-PCdoB.

E agora, com a chegada do Deputado Ivair Nogueira ao Plenário, quero dizer que já havia registrado anteriormente o nosso trabalho e a nossa integração com o objetivo de termos o mais rápido possível a alça rodoviária. Estivemos em Pouso Alegre e também falamos em seu nome, como havíamos combinado. Agora, desenvolveremos algumas ações para somarmos forças junto ao Executivo Municipal de Betim para que essa alça, de fato, seja construída rapidamente, sobretudo junto à Feam, ao Ibama, ao DNIT. Com certeza, vamos conseguir, mas, para que isso aconteça, deveremos continuar sem baixar a guarda, trabalhando e cobrando agilidade na execução da obra. Muito obrigada.

\* - Sem revisão da oradora.

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Parabenizo a Deputada Maria Tereza Lara pelo seu pronunciamento e aproveito para dizer que tive a satisfação de estar presente à reunião extraordinária da Câmara Municipal de Betim.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, chamo a atenção para um assunto que teve uma grande divulgação nesta semana na mídia e que muito nos preocupa. Trata-se da proteção das nossas matas, das nossas áreas verdes, do respeito ao patrimônio ambiental em Minas Gerais.

Tivemos uma triste notícia. Um levantamento realizado e divulgado pela Fundação S.O.S. Mata Atlântica, que publica um atlas sobre cobertura vegetal, revela que Minas Gerais é o Estado onde houve o maior desmatamento de mata atlântica em nosso país. Perdemos 32.700ha de mata atlântica, o que equivale, Sr. Presidente Deputado Weliton Prado, a 32 mil campos de futebol. Minas líder, de maneira triste, o "ranking" dos 10 Estados que mais perderam cobertura vegetal nativa. Isso ocorre principalmente em decorrência da exploração criminosa do carvão com documentação ilegal. Sabemos o peso da utilização da lenha e dos seus derivados na matriz energética mineira, os quais correspondem aproximadamente a 33% da produção de energia primária do Estado, sendo tal percentual resultante da pressão exercida pelas empresas, pela siderurgia, pelo ferro-gusa. Sabemos que este é mais um problema decorrente do modelo de desenvolvimento econômico mineiro, ocasionando um conflito entre desenvolvimento sustentável, respeito ambiental e nossas vocações econômicas, que, evidentemente - até o nome do Estado já diz -, se baseiam em boa medida na mineração; aliás, não só na mineração, como também na exploração e na expansão agropecuária, com a utilização das queimadas. O fato é que Minas Gerais tem hoje a sua área verde, que já é limitada, muito ameaçada.

Portanto, achamos importante discutir esse assunto, que é antigo e que já foi objeto de várias legislações. Temos a legislação basilar, o Código Florestal Brasileiro, de 1965. Posteriormente à Constituição de 1988, tivemos legislações estaduais a respeito, pois os Estados passaram a legislar concorrentemente com a União em relação a essa matéria. Minas Gerais teve uma lei pioneira, a Lei nº 10.561/91. Essa legislação era interessante porque buscava restringir ao máximo a utilização de mata nativa, estimulando as florestas plantadas, mas, com o advento da Lei nº 14.309/2002, os limites impostos foram praticamente desprezados. Tivemos o advento do mecanismo que permite o consumo ilimitado de carvão originado de floresta nativa desde que a reposição florestal seja paga em dobro. Ocorre que os mecanismos de controle, fiscalização e cobrança para que houvesse de fato essa reposição demonstraram-se absolutamente frágeis. Daí a importância de rediscutir esse assunto. Para isso, o governo estadual encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei nº 2.771/2008, que altera a Lei nº 14.309, de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade, bem como altera o art. 7º da lei delegada de janeiro de 2007. Esse projeto está tramitando na Assembleia e trata de pontos importantes da política florestal, como a implantação de um sistema eletrônico de rastreamento do transporte de produtos e subprodutos florestais no Estado, permitindo o controle eficiente dos seus pontos de carga e descarga, de forma a aliar-se o controle da produção e o consumo desses insumos.

A fiscalização é fundamental porque as carvoarias clandestinas e o desmatamento ilegal muitas vezes ocorrem de maneira genérica no âmbito do Estado. A lenha é entregue à fonte que a requisitou, mas não se sabe a sua origem. Você recebe a lenha e não tem como saber se é originada de floresta plantada ou nativa. É preciso, pois, fazer o referido rastreamento eletrônico.

Esse mesmo projeto encaminhado pelo Governador Aécio Neves delega ao Copam a competência para indicar as áreas prioritárias para a criação das unidades de conservação, o que poderá ser feito por meio de deliberação normativa. Destaco um aspecto importante desse projeto de lei, para o qual chamo a atenção dos Deputados, das Deputadas e dos telespectadores: o cronograma rígido e gradativo para substituição do consumo de produtos de origem nativa pelo consumo daqueles originados de plantações florestais e florestas manejadas, com o estabelecimento de limites decrescentes para o consumo de insumos de origem nativa. Ou seja, estabelece-se um limite para que as empresas utilizem matéria-prima de floresta nativa, de 2009 a 2013, em até 15%; de 2014 a 2017, em até 10%; e, a partir de 2018, em até 5%. Isso significa que 95% da matéria-prima deverá originar-se de floresta plantada.

Além disso, o projeto estabelece penalidades mais rigorosas para a reposição florestal pelo consumo de produtos de origem nativa, bem como para a ampliação das modalidades pelas quais será feita essa reposição. Quem não fizer a reposição sofrerá penalidades mais rigorosas, e os recursos obtidos serão aplicados em programas e projetos para recuperar as áreas degradadas, em pesquisas florestais, em projetos socioambientais. Também estabelecem-se regras mais rigorosas em relação ao não cumprimento dos cronogramas de suprimentos. Por fim, altera-se o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de janeiro de 2007, instituindo o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com a finalidade de harmonizar as medidas emanadas do Sistema Nacional do Meio Ambiente e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Portanto, trata-se de um projeto interessante, que deve ser analisado com celeridade por esta Casa. Aliás, já realizamos audiência pública para discuti-lo. Hoje fiquei surpreso ao deparar com a afirmação do Governador solicitando que a Assembleia agilize a tramitação desse projeto, dizendo até que ele contava com o apoio da Oposição. O Deputado Padre João, nosso Líder, também ocupará esta tribuna.

Gostaria de lembrar a todo o Estado de Minas Gerais que, no projeto de empréstimo para concluir o Processo, o PT e o PCdoB desobstruíram a pauta, garantindo US\$260.000.000,00 para a recuperação das nossas rodovias estaduais. Fazemos uma oposição responsável. Não é como Brasília. Estamos contribuindo efetivamente para a conclusão do Processo em Minas Gerais. Quero dar esta boa notícia porque muitos estão preocupados, querendo saber se o Processo vai continuar, como ficarão as nossas rodovias estaduais, os "links" faltantes.

Trago ao Governador uma grande reivindicação do Vale do Jequitinhonha e do Médio Jequitinhonha: a conclusão do "link" faltante de 42km de Ijcatu, próximo a Lelivédia, no Município de Berilo, até Virgem da Lapa, nas imediações da Usina de Irapé da Cemig. Solicitamos, então, que uma pequena parte desses US\$260.000.000,00 fosse aplicada nessa importante região de Minas Gerais.

Assim como aprovamos o empréstimo, reiteramos a nossa total disposição em acelerar a tramitação desse projeto na Casa, que não é apenas retórica, pois apresentei, em nome da Bloco PT-PCdoB um requerimento de urgência. Solicitamos, então, urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 2.771/2008, para o qual gostaríamos de contar com o apoio de toda a base do governo, até porque o requerimento é da Oposição, mas a solicitação é do Governador Aécio Neves. Gostaríamos que a base do governo aprovasse esse requerimento e que as dúvidas fossem sanadas. Aliás, parece-me que a grande polêmica que está atrasando a tramitação desse projeto não é da Oposição, mas sim do próprio governo. Parece que há uma disputa entre o Sistema Estadual do Meio Ambiente - Sisema - e o sistema da agricultura, especificamente entre a Secretaria da Agricultura e a Secretaria do Meio Ambiente sobre o controle das florestas de eucalipto plantadas. Hoje isso é feito pelo IEF, gerando renda pela própria cobrança da taxa de fiscalização. Não entrarei nessa polêmica, até pelo tempo, que se está esgotando, porque ela nos remete à definição conceitual de floresta plantada como cultura. Quero dizer que se trata de uma polêmica que a Casa legislativa tem perfeitas condições e autonomia para equacionar. Parece-me que o não equacionamento dessa polêmica no interior do governo está resultando na morosidade de tramitação do projeto de lei.

Aliás, quero discutir com o Presidente Alberto Pinto Coelho essa questão, pois, da forma como foi apresentada à sociedade mineira, logo após a notícia de que Minas Gerais é o Estado que tem o maior índice de desmatamento de mata atlântica, daqui a pouco, o cidadão mineiro responsabilizará a Assembleia Legislativa pelos 32.000ha desmatados entre 2005 e 2008, o que seria uma injustiça, pois o Estado, cuja legislação precisa ser aperfeiçoada, já tem mecanismos de controle. Essa legislação, que pode avançar com um projeto de lei encaminhado pelo Governador, tem o total apoio da Oposição para ser acelerado. Agora, não o é porque há uma polêmica no interior do próprio governo, entre o setor do agronegócio e os ambientalistas. Quero deixar isso muito claro: hoje essa é a grande polêmica do projeto. O corte da floresta depende de autorização do IEF em relação à floresta plantada, o que não agrada à Secretaria de Agricultura.

Por falar em meio ambiente, registro, com alegria, a presença do nosso sempre companheiro Tilden Santiago, ex-Secretário do Meio Ambiente no governo Itamar Franco, Embaixador no governo Lula em Cuba, país que completou 50 anos de revolução e que inspirou tanto a América Latina e a esquerda.

Concluindo, Sr. Presidente, quero abordar esse assunto de maneira mais nítida para sociedade mineira. O PT está entrando com um pedido de urgência para a tramitação e a votação do Projeto de Lei nº 2.771/2008, encaminhado pelo Governador do Estado, principalmente pelo aspecto que mencionei. O projeto estabelece um cronograma rígido e gradativo para a substituição do consumo de produtos de origem nativa, originados de plantações florestais e manejadas, reduzindo em até o máximo de 5% o consumo de insumos de origem nativa.

Assim, esperamos que a base do governo vote no projeto do PT, atendendo à solicitação do Governador Aécio Neves. Esperamos que o governo se assente com os Secretários da Agricultura e do Meio Ambiente, que entre em entendimento e que o apresente à base do governo. A Oposição também construirá o seu, e poderemos votar esse projeto de lei, e Minas Gerais poderá aperfeiçoar o controle de suas matas nativas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João\* - Saúdo o Sr. Presidente, os colegas Deputados, o público nas galerias e os telespectadores da TV Assembleia. Cumprimento o Deputado André Quintão pelo pronunciamento, pela sensibilidade e pela iniciativa.

Começarei o meu pronunciamento com os dizeres do próprio Governador Aécio Neves. (- Lê:)

"Peço apoio inclusive das Oposições para que possamos aprovar o texto, porque esse projeto estabelece metas que vão diminuindo com o tempo, e até o ano de 2017 a siderurgia, enfim, as empresas que usam o carvão vegetal só poderão utilizar esse insumo em até 5% daquilo que utilizam hoje".

É esse o apelo do Governador Aécio Neves. O requerimento que transforma esse projeto em regime de urgência reflete mais uma vez a sintonia e a responsabilidade da bancada com o Governador. Creio que vamos votar o requerimento ainda nesta tarde, e esse projeto passará a tramitar em regime de urgência.

O Deputado André Quintão (em aparte)\* - Aliás, Deputado Padre João, o requerimento de urgência é a redação final do projeto de empréstimo. Parece-me que há grande interesse do Governador; já da base dele, parece-me que não, mas estamos aqui para ajudar o Processo.

O Deputado Padre João\* - Aqui, no momento, só há Deputados do PT, porque queremos votar a redação final autorizando o governo do Estado a contrair o empréstimo de US\$260.000.000,00. Esse empréstimo possibilitará a continuação do Processo e do ProMG, ou seja, novos asfaltos e recuperação de asfaltos degradados, naquela linha de que a empresa tenha, de fato, compromisso por cinco anos.

O grande desafio é a fiscalização. Reivindicamos que o Estado seja forte. Volto àquela reflexão do Estado mínimo. Não podemos deixar o Estado nas mãos de empreiteiras, de empresas. O Estado tem de ter todo o aparato para obras concedidas serem fiscalizadas. Temos problemas sérios nessa linha. Para tanto, queremos um IEF presente em todas as regiões - o ideal é que estivesse em todos os Municípios. É inadmissível sermos coniventes com o avanço do desmatamento.

Sabemos que não teremos terra fértil nem água, se não tivermos mata, e o que garante as matas é a preservação. Saúdo aqui o grande companheiro Tilden Santiago, que já assumiu a Secretaria de Meio Ambiente aqui no Estado. Ele foi o responsável por essa Pasta e sabe muito bem do que estou falando. Tanto a mata seca quanto a mata atlântica são importantes para as bacias hidrográficas.

Não existe vida sem água. A Campanha da Fraternidade trabalhou muito bem esse tema, a água como fonte de vida. Não teremos água, se não preservarmos as nossas matas. Então a responsabilidade do Estado está em dois sentidos. Primeiro, em relação à preservação das matas. É possível um plano de manejo? É possível um plano de manejo, dando qualidade de vida também para as pessoas que, com responsabilidade, usam a mata. Usam-na com responsabilidade, às vezes para o engradamento da casa, para mourões para fazer a cerca, como planta medicinal. Cabe a quem fazer o plano de manejo? Cabe ao IEF. Ai há uma lógica, Deputado André Quintão. Às vezes o IEF, em vez de se ocupar em aprovar e ajudar a construir, em cada área, o plano de manejo, de maneira que a comunidade dali, tradicional, utilize a própria mata atlântica com responsabilidade, seguindo um plano de manejo aprovado, consome toda a sua força ou todo o seu pessoal cuidando de eucaliptos, das matas plantadas, dando licença ou não à cultura do eucalipto.

Queremos um Estado forte, um Estado presente, e não um Estado ausente, o que chamamos de Estado mínimo. Mas queremos o Estado tanto para fiscalizar quanto para garantir qualidade de vida para o nosso povo. São importantes os 20% obrigatórios para a preservação. Quanto às áreas de preservação permanente, é fundamental haver um acompanhamento, uma fiscalização austera ali, mas o Estado pode dar uma compensação. Onde está o Bolsa-Verde? Já temos projeto votado nesta Casa, em tramitação, que dá uma compensação financeira ao proprietário ou ao administrador de terra que a preserva. Há propriedades em que 80% são mata atlântica. A solução não é autorizar o corte da mata atlântica, mas sim dar uma compensação financeira para a pessoa preservar os 80% e permanecer no campo, com plano de manejo e compensação. Preservando-se a mata, automaticamente se preserva a nascente e se garante a qualidade de vida. Essa é a lógica. Mas essa lei adotada não foi regulamentada, e outros projetos estão aqui engavetados, parados. Então temos de avançar, também nesse projeto de iniciativa do Governador. Estamos confiantes em que vamos votá-lo. Vamos colocá-lo em regime de tramitação de urgência, atendendo, companheiro Deputado Tilden Santiago, a um apelo do Governador. Recorremos também à Oposição, para que seja célere em aprovar esse projeto. Estamos prontos para aprová-lo.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)\* - Nobre Deputado Padre João, é uma alegria apartear V. Exa., a quem agradeço. Quero dizer da satisfação de ser testemunha do trabalho profícuo da Oposição na Assembleia. Presido grande parte das reuniões, sempre procurando o entendimento, e sei do comportamento maduro dos Deputados e das Deputadas do PT e do PCdoB. Esse atendimento ao apelo do Governador realmente mostra essa maturidade. A Oposição faz a oposição, tem todo o direito, cumpre o seu papel e o faz, na minha avaliação, com muita responsabilidade. Não estou aqui para agradar, mas para dizer de um sentimento do que percebo em V. Exas., que compõem a Oposição nesta Casa.

Sou da base do governo, apoio todas as ações governamentais que vêm em benefício da nossa sociedade e percebi, claramente, a sensibilidade da Oposição, quando viu a necessidade de esse projeto tramitar com muito mais urgência que o da criação da agência reguladora das águas. Então, agradeço-lhe e falo da minha satisfação em apartear-lo para dar esse testemunho, que é verdadeiro, a respeito do trabalho que o seu partido com o PCdoB, liderados por V. Exa. neste mandato, vem realizando aqui, nesta Assembleia. Quero parabenizá-lo por esse trabalho maduro, que revela uma oposição também madura. Esse sentimento tem sido demonstrado nas atitudes, nas ações nesta Casa. Essas eram as minhas considerações. O desenvolver da sua fala tem abordado outros assuntos, mas vim principalmente fazer essa declaração de respeito à maneira como V. Exas. vêm fazendo oposição aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O Deputado Padre João\* - Agradeço-lhe, Deputado Doutor Viana. Desde quando cheguei a esta Casa, pude trabalhar com V. Exa., na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Para mim, sempre me causou satisfação trabalhar com V. Exa., para a defesa das microdestilarias no Estado de Minas Gerais, assunto de projeto de lei de nossa autoria que se tornou lei estadual, em razão da sensibilidade ambiental e social, nunca desvinculada da questão econômica.

Seria interessante que, da mesma forma com que cada agricultor familiar produz o leite, produzisse também o álcool. A terra aproveitaria a água fraca e a cachaça de cabeça, e, em vez de serem jogados no meio ambiente, seriam transformados em álcool. Então, não excluiria a produção da boa cachaça mineira. É importante que os Deputados acompanhem a tramitação do Projeto de Lei nº 2.771. Esse projeto, como o Governador reconhece, é importante. Nós, em conjunto, reconhecemos a sua importância, e daí vem a celeridade da sua tramitação. É o que queremos. É importante quando o próprio governo, atendendo a um apelo nosso, retira do regime de urgência o projeto que cria a agência reguladora. Agora, fazemos a troca: colocamos em regime de urgência o projeto que garante a preservação. Podemos chamá-lo de Código Florestal, pois ele garante a preservação e redefine, de fato, as matas plantadas, ou o que dizem ser matas, pois, para nós, é eucaliptocultura. Nunca fui a favor da tese de que eucalipto é mata; não é floresta, porque esta supõe biodiversidade, e, em se tratando de eucalipto, não há biodiversidade nem microclima.

Então, creio que, como Assembleia Legislativa, como Oposição, daremos essa contribuição, avançaremos. O projeto já recebeu um substitutivo. Agora, avançaremos na tramitação, a fim de possibilitarmos a sua apreciação por todos os Deputados. Precisa haver, de fato, metas com datas definidas. A redução é do uso da mata. Em fase primária já é impedido; é totalmente vedada a supressão de formações primárias. Secundárias, terciárias, todas terão, de certa forma, uma regulamentação. E, com certeza, contribuiremos para a história, para toda a humanidade. Será uma grande contribuição para o Planeta, porque preservar matas significa garantir a fertilidade, a qualidade das nossas terras. Preservar matas significa preservar nascentes.

Sabemos que a monocultura da cana, havida no início da nossa história, arrebentou com as terras do Nordeste, o que penaliza aquela comunidade até hoje. Agora estamos assistindo ao sofrimento do povo do Rio Grande do Sul. A atual geração é que está pagando a conta pelo desmatamento desordenado da região. O que foi feito no Nordeste, à época da monocultura da cana, favorecendo outras nações, como a portuguesa, é pago pela geração atual. Em Minas Gerais, em tempo, podemos mudar essa situação de desmatamento. A nossa confiança consiste em transformar a tramitação desse projeto em regime de urgência, em sintonia com o apelo do próprio Governador. Essa é a nossa consideração, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - Saúdo a todos. Hoje, pela manhã, tive a oportunidade de estar presente na Câmara Municipal de Betim, onde fui prestigiar a posse do Vereador Welinton Sapão, em virtude da cassação do Vereador Marcos Siqueira Alvarenga. Tenho, em mãos, uma decisão judicial do TRE do Estado de Minas Gerais, em cuja sentença o Juiz da 40ª Zona Eleitoral de Betim atribui efeito suspensivo, garantindo a cassação do Sr. Marcos Siqueira Alvarenga nos autos de ação de impugnação de mandato eletivo movida pelo Ministério Público Eleitoral.

O Juiz reconheceu a prática de abuso de poder econômico pelo uso de práticas eleitorais ilegais e desconstituiu o mandato eletivo do Vereador Marcos Siqueira de Alvarenga, sendo proclamado eleito o 1º suplente o Vereador Weliton Sandro de Abreu, o Sapão, o agravante.

Causa-nos muita estranheza o posicionamento do Presidente da Câmara Municipal de Betim, a quem, infelizmente, quero criticar. Esse Presidente deu o cargo vago e não cumpriu o Regimento Interno daquela Casa, que garante, no caso de cassação ou vacância do cargo, a convocação do suplente em 48 horas. O Presidente da Câmara afirmou que o Regimento Interno era omissivo nesse aspecto e remeteu o caso ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o que não pode ser feito. Essa é a minha compreensão.

Constam, na sentença do Juiz, os termos do art. 257 do Código Eleitoral, que requer, liminarmente, atribuição de efeito ativo ao agravo para o fim de determinar a execução imediata da sentença quanto à desconstituição do mandato do agravado, com a consequente diplomação e posse do agravante. A posse do Vereador Sapão tem de ser imediata, ou seja, no período de 48 horas. Acredito que os advogados do Vereador Sapão tomem as devidas providências. O Vereador Sapão tem de tomar posse, em caráter imediato, conforme determina a decisão do Poder Judiciário, a qual tenho em mãos.

O Presidente da Câmara, de maneira nenhuma, pode descumprir uma decisão da Justiça. Gostaria que ficasse registrada a nossa solidariedade. Se Deus quiser, vai dar tudo certo, e desejamos um bom mandato ao Vereador Weliton Sandro de Abreu, mais conhecido como Sapão, que faz um trabalho social admirável na cidade de Betim. Tenho em mãos a decisão da Justiça, mas vamos aguardar a posse, o mais rápido possível, do Vereador Sapão.

Para a nossa alegria, o governo decidiu tirar o pedido de urgência do projeto que cria a agência de águas no Estado de Minas Gerais. Não se trata de uma agência de saneamento, porque, da maneira como está o projeto, em nossa avaliação, o seu interesse é apenas de aumentar o valor das contas de água da Copasa. Um verdadeiro abuso.

Trata-se de um projeto que diz respeito à Lei nº 11.445 - discutimos isso ontem, em audiência pública -, a qual estabelece, desde 2007 - foi uma lei sancionada pelo Lula -, que todos os Estados e Municípios ficam obrigados a criar agências para regular o setor de saneamento. Saneamento é tudo: água, esgoto, lixo, limpeza pública, água fluvial e drenagem. Aliás, o governo enviou para a Casa um projeto criando uma agência para tratar apenas da água e do esgoto, o que fere a legislação por não atender a todos os requisitos legais, onerando o conjunto dos Municípios, que serão obrigados a criar outras agências. Também fere a titularidade dos Municípios, mas a nossa maior preocupação é o aumento do valor da conta de água da Copasa, que já é muito alta. Tenho aqui dados oficiais publicados, do balanço da Copasa do primeiro trimestre deste ano, em que a Copasa aumentou o seu lucro em mais de 52%, o que a levou a ter um lucro de R\$133.000.000,00. A ganância não pode ser tão grande. Além do mais, a água é um bem público essencial à vida e não pode ser tratada como mercadoria. A água e a energia elétrica é como se fossem o arroz e o feijão, as pessoas não tem como sobreviver sem eles.

Quero relatar aqui todos os Municípios que são atendidos pela Copasa no Estado de Minas e que cobram taxas caríssimas pelo tratamento de esgoto, sem prestarem esse serviço. A Copasa joga o esgoto nos rios, nos lagos e nos mananciais, contaminando a água. Não tenho dúvida, quem mais polui o Estado de Minas Gerais, hoje, é a Copasa, mesmo quando faz o tratamento, porque ainda deixa resíduos na água. Aliás, hoje saiu uma matéria no jornal "O Tempo", questionando alguns pontos em relação à questão do tratamento de esgoto. Temos de nos aprofundar nessa discussão, porque não podemos permitir que as pessoas paguem por serviços que não são prestados, com um valor realmente muito alto.

Da forma como se configurava a agência, realmente era uma verdadeira fachada no peito do consumidor mineiro. Ela não pode ser aprovada, de maneira nenhuma, porque a agência tem de ser de saneamento e ter por objetivo fiscalizar e regular. Além disso, ela precisa analisar todos os dados da planilha, de forma autônoma e independente, para ver se existe ou não a necessidade de aumentar o preço. Se ficar do jeito como está, será uma agência para homologar as decisões do governo, porque, nesse caso, o Governador poderá nomear quem quiser, inclusive os Diretores e os futuros detentores de cargos comissionados. A nomeação desses Diretores e dos futuros detentores de cargos comissionados não terá a participação dos Prefeitos, nem do povo, nem haverá controle social. Eles farão o que bem quiserem, podendo elevar o valor do preço da água e do esgoto, a seu bel-prazer. O pior é que, até hoje, nunca houve uma auditoria para avaliar as contas de água da Copasa.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Deputado Weliton Prado, quero cumprimentá-lo por esse seu envolvimento e sua garra na luta em defesa do povo mineiro. Quero também reafirmar a necessidade de que essa agência não seja apenas de água e esgoto, mas também de saneamento. Do contrário, os Municípios terão de criar outra agência para cuidar dos resíduos sólidos e do saneamento como um todo, o que seria um contrassenso.

Além disso, sabemos da necessidade de o Município não perder a titularidade da questão da água e do esgoto, isto é, do saneamento, que é um direito de escolha. Não somos contra essa agência, pelo contrário, queremos essa agência desde que ela seja abrangente em termos de saneamento e que o Município tenha o direito de escolher entre ela ou outra qualquer, que ele possa constituí-la individualmente ou por um consórcio. Isso é democracia, liberdade de opção. Eram esses aspectos que gostaria de deixar claros, na decisão desse projeto.

O Deputado Weliton Prado\* - Queria agradecer à Deputada Maria Tereza Lara a sua contribuição. É isso mesmo. Acho até que os Deputados do PT, do PCdoB e do PMDB deram uma contribuição importante nessas alterações, tão necessárias nesse projeto. Retirando-se o pedido de urgência, poderemos nos aprofundar no assunto.

Para finalizar, queria dizer que continuamos a acompanhar o caso da licitação da Cemig na compra das viaturas. São mais de 1.193 veículos no valor de R\$147.000.000,00. Esperamos que esse edital seja impugnado, que o governo realmente tome uma providência, porque são R\$147.000.000,00 para o aluguel dos 1.193 veículos. Sabe por quanto tempo? Por três anos. Agora, sabe quanto ficaria se a Cemig comprasse esses veículos? Ficaria praticamente duas vezes mais barato: no máximo, R\$60.000.000,00, com seguro e tudo. E pode ser colocada até garantia de manutenção. Para alugar por três anos, fica por R\$147.000.000,00; se a Cemig comprar os veículos, fica em R\$60.000.000,00! Colocamos, então, em suspeita a licitação; são mais de 716 pontos técnicos exagerados. Somente uma empresa que tenha informação sobre todos os pontos do edital conseguirá fazer isso em dez dias. Suspeitamos ser o edital viciado e, por isso, apresentamos a denúncia e estamos esperando um posicionamento do governo e da Cemig. Se isso não acontecer, ajuzaremos uma ação imediatamente no Ministério Público, porque o dinheiro do povo mineiro não é capim. São mais de R\$90.000.000,00 jogados no ralo, não podemos permitir. Cobramos mais um vez um posicionamento do governo em relação a esse processo licitatório para o aluguel dos veículos. Por que, em vez de alugar, não compram os veículos, o que fica mais de duas vezes mais barato?

Queria agradecer e cobrar mais uma vez da Cemig e do governo um posicionamento em relação a esse edital, que já vem pendurado com ações na Justiça desde 2007. Eles não sossegam: toda vez tentam fazer uma coisa diferente e ilegal. Não pode. Não permitiremos e continuaremos denunciando.

\* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Quero felicitar o ilustre Deputado Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente desta Casa. Graças à sua atuação e à atuação da bancada, conseguimos suspender o regime de tramitação de urgência na agência de águas.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero encaminhar pela aprovação desse parecer de redação final de projeto do Deputado Paulo Guedes que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco imóvel que terá grande valor para essa notável cidade. Nosso total apoio à iniciativa do Deputado Paulo Guedes.

Mas aproveite a oportunidade para dizer que, hoje pela manhã, estivemos no Bairro Eldorado, em Contagem, para visitar as obras do quartel da Área Integrada de Segurança Pública - Aisp 25 -, que estão sendo concluídas, no Cesu Eldorado. Tivemos participação nessa obra, com a liberação do terreno do Cesu, porque sabemos da importância que tem para a segurança da nossa cidade de Contagem essa obra, que já está em seu final.

A segurança pública é uma das áreas mais importantes para o mundo moderno, que enfrenta questões muito graves, e Contagem também tem seus percalços. Mas queremos dizer que o Governador Aécio Neves, com esse novo quartel na região do Eldorado, realiza a segunda maior obra em segurança pública nos últimos 10 anos, na cidade de Contagem. A primeira foi a construção do quartel do 39º Batalhão, no Cesu Amazonas, também por nossa iniciativa; agora, temos a construção da Aisp 25, que integra a 26ª Companhia da PMMG, subordinada ao 39º Batalhão, sediado em nosso Município, e a 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil.

A implantação no Bairro Eldorado dessa nova unidade de segurança pelo governo de Minas, em atendimento a nossa solicitação, comprova o compromisso do governo Aécio Neves com a garantia da segurança pública em Contagem.

A nova unidade - Aisp 25 - será modelo de gestão integrada entre as Polícias Militar e Civil, que compartilharão informações e ações para combater a criminalidade na região do Eldorado, Bairro da Glória, JK, Santa Cruz, Novo Eldorado, Parque São João e adjacências. A atuação conjunta das duas polícias, com efetivo total de 200 integrantes, agilizará os processos de investigação e apuração dos delitos para encaminhamento à Justiça. Essa medida trará sensação de proteção e segurança à população do Eldorado, região de grande cunho comercial e progressista de Contagem.

Instalada em construção moderna, que será concluída nos próximos 30 dias, a Aisp 25 tem 1.466m<sup>2</sup> de construção, em dois pavimentos, que custaram ao governo de Minas Gerais investimentos da ordem de R\$2.400.000,00. É a segunda maior obra de segurança feita em Contagem nos últimos 10 anos, Sr. Presidente.

Também de autoria do Governador Aécio Neves foi a implantação, a que já me referi, do quartel do 39º Batalhão da Polícia Militar, no Bairro Amazonas, outra importante região da cidade. Ambas são comprovadoras da preocupação do governo de Minas com a redução da criminalidade no Estado, especialmente em Contagem, e com a promoção da paz e segurança para os mineiros.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Carlin Moura\* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, primeiramente, quero reforçar e reafirmar o compromisso da Bancada do PCdoB, nosso partido, com o PT, para aprovar projetos importantes para Minas Gerais, como o empréstimo de US\$260.000.000,00, que corresponde a R\$500.000.000,00, a fim de darmos continuidade às obras do Processo e do ProMG. Também tivemos a responsabilidade e a compreensão de agilizar, como solicitado pelo Governador do Estado, a tramitação do Código Florestal de Minas Gerais. Essa é uma importante legislação para podermos regulamentar e colocar ordem no problema do desmatamento e do licenciamento ambiental, para acompanharmos de perto situações graves, como a que vem ocorrendo em Conceição do Mato Dentro, com a exploração da Mineradora MMX, a AngloGold, que tem colocado em risco o nosso grande patrimônio ambiental. Falo isso para demonstrar que uma oposição se faz de forma construtiva.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, telespectadores da TV Assembleia, quero fazer um agradecimento público muito especial ao nosso colega, hoje Secretário de Esporte e Juventude, Deputado Gustavo Correa. Ontem tive oportunidade de comparecer à Secretaria de Esporte e Lazer com o Secretário de Esportes de Contagem, Albert Diniz Torres. Realizamos uma audiência com o Secretário Gustavo Correa, em que apresentamos e discutimos os diversos projetos em andamento no Município de Contagem. O Secretário Albert Diniz expôs ao Secretário de Estado as parcerias que a Prefeitura de Contagem vem celebrando com o Ministério do Esporte. Isso tem possibilitado a reforma do ginásio poliesportivo, viabilizará a construção da Praça da Juventude e do Centro Esportivo do Tropical. Pedimos também ao Secretário de Esporte e Juventude apoio para reforma e revitalização dos campos de futebol. São 54 campos de futebol, do chamado futebol de várzea, em Contagem, onde existe uma forte tradição no futebol amador. Aliás, estamos disputando atualmente, com vários times, a Copa Corujão. Estamos na divisão especial. Os nossos campos de futebol precisam de reforma urgente. O Secretário Albert Diniz está trabalhando arduamente para conseguir a reforma desses campos. O Secretário Gustavo Correa comprometeu-se a ajudar na reforma desses campos com investimentos de R\$600.000,00.

Então, deixo o nosso agradecimento ao grande Secretário Gustavo Correa, que nos auxiliará com R\$600.000,00 do Orçamento do Estado para a reforma dos campos de futebol de Contagem.

Discutimos também sobre a importância de a Cemig e as Secretarias de Fazenda e de Planejamento isentarem os Campos de Luz, localizados em áreas que pertencem ao governo do Estado, da taxa de iluminação. Esse Campos de Luz é um grande projeto do Deputado João Leite, que teve início ainda na sua gestão como grande Secretário, hoje eterno Deputado, Arqueiro de Deus João Leite. Esse Deputado criou o projeto Campos de Luz. Atualmente, Contagem possui vários campos iluminados, mas, infelizmente, há o problema de pagamento da taxa de luz, que, para o time, para a comunidade, para os que fazem uso do campo, Deputado João Leite, é difícil.

O valor pode parecer baixo, mas, para as comunidades humildes, é uma dificuldade, como por exemplo, no Cesu. É importante convencermos a Cemig a isentar do pagamento da taxa de iluminação esses campos de futebol. Até porque, o objetivo da iluminação é beneficiar a comunidade e melhorar a situação de segurança, mas isso, muitas vezes, gera dificuldades aos frequentadores.

Juntamente aos membros da Frente Parlamentar do Esporte e aos Deputados João Leite e Weliton Prado, talvez possamos apresentar um projeto de lei para convencer a Cemig da importância de isenção do pagamento da taxa de iluminação dos campos. Isso já ocorre em Belo Horizonte e em outros Municípios, mas quando se trata da área do Estado, temos dificuldade. Fica aqui o nosso agradecimento ao Secretário Gustavo Corrêa pela brilhante recepção e pelo carinho com que tratou a cidade de Contagem e o nosso Secretário Alberto Diniz.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, quero também anunciar que Minas Gerais tem tido o privilégio de receber diversos Ministros do Presidente Lula, que sempre trazem boas-novas. No final de semana, recebemos a visita do Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, que participou da abertura da II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial e defendeu a importância das cotas raciais e sociais nas universidades públicas. O debate ocorrido nessa Conferência continua. Infelizmente, recebemos a notícia de que a Justiça do Rio de Janeiro suspendeu essas cotas, por meio de liminar, sob o hipócrita argumento de que elas suscitam o reforço do discurso racista no Brasil. O Ministro lembrou que o discurso da raça, o argumento da raça foi utilizado durante 350 anos neste País para escravizar o povo africano. Na hora de excluir os afrobrasileiros, a elite branca conservadora deste País sempre utilizou o discurso da raça. Agora, no momento de fazer a discriminação positiva para incluir e promover a inclusão social dos afrobrasileiros, essa mesma elite brasileira fala que não pode usar o discurso da raça. Para excluir pode, mas para incluir não pode. É lastimável que a Justiça do Rio de Janeiro tenha

tomado essa decisão, ou melhor, um Juiz isolado, que tem uma visão minoritária, preconceituosa, distante da realidade.

Haveremos de fazer um grande movimento para derrubar essa liminar. Sem dúvida alguma, convenceremos todo o Brasil da importância da aprovação das cotas sociais e das cotas raciais, para sanar uma dívida histórica deste país com os afrobrasileiros, com esse povo que ajudou de forma decisiva a construir nossa Nação. A visita do Ministro Edson Santos foi muito importante. Minas terá um papel decisivo na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Na terça-feira, tivemos o privilégio de receber aquele que considero, com o maior respeito aos outros, o melhor Ministro do governo Lula, Patrus Ananias, que teve a capacidade de fazer a junção entre a estabilidade econômica e a promoção da igualdade social.

O Ministro hoje comanda o Ministério do Desenvolvimento Social, executando programas fundamentais como o Bolsa-Família, os programas de combate ao trabalho infantil e à exploração do menor. Enfim, toda a política social desenvolvida tem à frente o Ministro Patrus Ananias. Ele esteve na terça-feira, na cidade de Contagem, para lançar o Programa de Segurança Alimentar, que é desenvolvido por meio dos restaurantes populares, cozinhas comunitárias - Contagem tem duas -, e banco de alimentos, mostrando a importância de se combater de forma veemente, ainda em 2009, a fome. Na verdade, essa luta vem desde o século passado, com o saudoso intelectual Josué de Castro, falecido em 1973, que, nos anos 30, apontava para a necessidade de se combater a fome neste país. Na época, ele publicou o livro "A Geografia da Fome no Brasil". Essa histórica luta de Josué de Castro continuou com o nosso querido Herbert de Souza, o Betinho, irmão do Henfil, e hoje tem como baluarte o Ministro Patrus Ananias, que está à frente do projeto de combate à fome, diminuição da pobreza e valorização da inclusão social. O Ministro foi lá prestar contas do seu Ministério. Essas políticas de inclusão social são exemplos no mundo hoje. Basta lembrarmos que a Organização Internacional do Trabalho - OIT -, baseada na experiência desenvolvida no Brasil, mudou seu estatuto de modo a considerar que a inclusão social e a política de assistência social também fazem parte do mundo do trabalho. O trabalhador, no momento de desemprego, precisa ter uma rede de proteção social, e o Brasil tem dado um grande exemplo nessa linha. Queremos, assim, agradecer ao Ministro Patrus Ananias, que tem desenvolvido um brilhante trabalho no Ministério e dado grandes contribuições a Minas Gerais, especificamente à cidade de Contagem.

Parabenizo o Deputado Carlos Gomes, esse grande parlamentar recém-chegado, que já apresenta um brilhante trabalho. Ele realizou, hoje pela manhã, uma importante audiência pública, trazendo à Assembleia Legislativa o Ministro da Previdência Social, José Pimentel, que é Deputado Federal pelo Ceará e exerce hoje esse importante cargo na área da previdência. A audiência, Deputado Carlos Gomes, foi de fundamental importância, porque o Ministro prestou contas, mostrou como o Ministério da Previdência Social avançou nos últimos sete anos do governo Lula.

O Deputado Carlos Gomes (em aparte)\* - Deputado Carlin Moura, muito obrigado pelo aparte e por ter participado conosco da audiência pública realizada hoje, pela manhã, com o Ministro José Pimentel. Foi um momento muito importante de discussão sobre o assunto em questão. Naquela Comissão, falamos dos avanços da previdência nesses últimos anos, das conquistas com relação ao atendimento. As pessoas, muitas vezes, não se lembram daquele período sombrio das filas que se formavam durante as madrugadas. Hoje, o atendimento tem muito mais qualidade. As pessoas merecem um atendimento melhor. Trata-se de uma questão de respeito e de cidadania.

Um outro ponto abordado diz respeito à ampliação das agências de atendimento do INSS em todo o País, em especial em Minas Gerais. São 729 agências em todo o País; em Minas Gerais, há 48. O Ministro comentou ainda outro aspecto que se refere ao microempreendedor individual - MEI. Os que faturarem até R\$36.000,00 de receita bruta no ano anterior terão a possibilidade de serem incluídos na previdência, de serem formalizados, saindo da marginalidade, contribuindo e sendo muito mais respeitados. São vários pontos importantes. Está sendo criada, também, um diretoria para a área da saúde. Foi, enfim, um momento de discussão muito rico. Agradecemos, de público, a todos os Deputados que participaram daquele ato, especialmente ao Ministro José Pimentel, que veio nos prestigiar com essa discussão. Na oportunidade, abordou uma questão sagrada, qual seja oferecermos um futuro com mais segurança para as nossas famílias, para os nossos filhos e para os nossos netos. Nesta Casa, precisamos discutir mais sobre o Ipsemg, conforme lembrado hoje. Devemos retomar esse debate e agradecemos a presença do Ministro José Pimentel. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura\* - Agradeço o aparte do Deputado Carlos Gomes. A audiência foi de fundamental importância. O Ministro Pimentel lembrava que, durante os anos 90, em função dos governos neoliberais que estiveram à frente deste país, tentaram privatizar a previdência pública, retirar direitos dos trabalhadores e quebrar o INSS, causando graves prejuízos aos trabalhadores. O governo Lula vem recuperando paulatinamente a política pública da Previdência Social. Como o Ministro mesmo disse, em 86 anos de previdência pública, do INSS, foram criadas 1.110 agências da Previdência Social no Brasil. Só em 2009 serão criadas mais 720 agências, ou seja, durante um ano de governo do Presidente Lula vai criar-se mais agência da Previdência Social do que se criou nos 86 anos de existência da previdência pública brasileira. Em Minas Gerais serão criadas 48 novas agências. Todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes terão uma agência. Registro a importância da parceria com as prefeituras, pois os Prefeitos estão doando os terrenos. Os terrenos já foram doados a quase 94% das agências, como é o caso da nossa querida cidade de Belo Oriente. Hoje o Prefeito Humberto participou da audiência, esteve conosco durante todo o tempo. Ele já fez a sua parte, doou o terreno, e Belo Oriente terá sua agência da Previdência. Repito: em Minas serão 48 agências.

O Ministro Pimentel lembrava, principalmente ao povo que depende de perícia médica, que, em 1999, na época do governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma greve de Peritos, e qual foi a atitude do Presidente neoliberal FHC? Acabou com a carreira efetiva de Perito e terceirizou o serviço de perícia médica do INSS. Com essa terceirização, a perícia médica virou objeto de barganha política. O Presidente Lula acabou com essa terceirização, voltou com os concursos públicos, e hoje Perito do INSS é um cargo de carreira, uma função de Estado, concursado, com salário fixo inicial de R\$5.200,00, para que a carreira de Perito seja valorizada. Isso tem diminuído e facilitado o tempo de concessão dos benefícios. Na década de 70, gastávamos, em média, quatro anos para conceder o benefício. O Presidente Lula assumiu o governo em 2002; quando chegou a 2003, o prazo caiu para 180 dias; em 2008, para 35 dias; e em 2009, para o setor urbano, a concessão da aposentadoria é feita com menos de 30 minutos. O sistema foi todo informatizado. Você tem o seu extrato por meio da Dataprev, que também é uma empresa recuperada pelo Presidente Lula.

O Ministro Pimentel lembrava que hoje a Previdência Social no Brasil é responsável pela inclusão no mercado de uma quantia de R\$235.000.000,00 só em 2009, que foi a folha de pagamento. O repasse da Previdência em mais de 62% dos Municípios é superior ao repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Então, a previdência pública no Brasil é um grande programa de inclusão social. Obviamente há muito o que se melhorar na Previdência. O Ministro também lembrava que, em 2006, foi feito um acordo com as seis centrais sindicais e com as confederações nacionais. Hoje nos preocupamos primeiro em recompor o valor dos benefícios por meio do INPC, e tudo está sendo cumprido. Já em 2007, todos os reajustes acompanharam o INPC e também diminuiu a data-base para o reajuste. No próximo ano, será em janeiro a data do reajuste do benefício da Previdência; neste ano, foi em fevereiro.

O Ministro lembra a importância de um debate que está sendo realizado hoje no Congresso Nacional: a recomposição real do benefício daqueles que ganham mais de um salário mínimo. O debate está aberto. Ele é importantíssimo, e o Congresso o fará com muita responsabilidade, junto aos setores produtivos, aos sindicatos de trabalhadores e às associações de aposentados. Todos reconhecem que os benefícios precisam de um reajuste real, mas isso depende de uma discussão no Congresso Nacional, o que será feito com muita tranquilidade e maestria. O Ministro lembrou também a importância da Emenda Constitucional nº 42/2008, que criou o microempreendedor individual, para colocar na formalidade os pequenos empreendedores, os autônomos, o pessoal do comércio que trabalha em feiras livres. Por meio da Emenda Constitucional nº 42, criou-se uma política para que essas pessoas pudessem ter uma empresa, com a cobrança dos valores simbólicos de R\$1,00 para a obtenção do CNPJ e de R\$5,00 para o ISS. Essa emenda tem trazido para a formalidade vários pequenos empreendedores, possibilitando-lhes gozar o direito ao salário-maternidade com 10 meses de contribuição, ao auxílio-doença com 12 meses de contribuição, à aposentadoria por invalidez e por idade, à aposentadoria especial, ao auxílio-acidente, à pensão por morte, ao auxílio-reclusão, além de reduzir a contribuição de 40% do

salário mínimo para 11%.

Então, essa é uma forma de incluir uma parcela significativa dos diferentes segmentos na previdência social pública deste país. O Ministro lembra também que o Presidente Lula teve a capacidade, nesses sete anos, de fazer uma recomposição real do salário mínimo de 57%, uma valorização real. O salário mínimo, na época dos neoliberais, era inferior a US\$100,00, mas hoje ele é superior a US\$200,00 - está a R\$465,00. Foi uma política importante que o Presidente Lula desenvolveu. Os neoliberais, Deputado Weliton Prado, à época, diziam que, se aumentassem o salário mínimo, a previdência do Brasil estaria quebrada. Mas era mentira deles, porque, como sempre, fazem política com mentiras. O Presidente Lula mostrou que é possível ter uma política de recuperação do salário mínimo sem quebrar a previdência, que agora está caminhando bem e precisa avançar ainda mais.

Queremos agradecer a presença do Ministro José Pimentel, que hoje, às 18 horas, estará no Sindicato dos Jornalistas Profissionais para a assinatura do convênio da Fenaj com a previdência privada complementar do Sistema Petrobras - Petros -, a qual vai atender a todos os jornalistas profissionais.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, como falei do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, quero também, na oportunidade, fazer um convite a todos os Deputados - Weliton Prado, Sebastião Helvécio -, a toda a imprensa presente, ao público, aos nossos telespectadores, para um importante ato que será realizado na segunda-feira próxima, às 19h30min, no Teatro da Cidade, em Belo Horizonte. Trata-se de um ato convocado pelo movimento da internet livre, da mídia livre, que envolve sindicatos de jornalistas e outros segmentos que defendem a internet como espaço de livre manifestação. Nós vemos esse movimento como um ato público contra aquilo que denominamos "AI-5 Digital", um projeto de lei de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aquele mesmo que tanto mal fez a Minas Gerais e que agora quer fazer mal também à liberdade de expressão.

O convite, Sr. Presidente, apresenta o seguinte teor:

"A internet é uma rede de comunicação aberta e livre. Nela podemos criar conteúdos, formatos e tecnologias sem a necessidade de autorização de nenhum governo ou corporação. A internet democratizou o acesso à informação e tem assegurado práticas colaborativas extremamente importantes para a diversidade cultural. A internet é a maior expressão da era da informação.

A internet reduziu as barreiras de entrada para se comunicar, para se disseminar mensagens. E isso incomoda grandes grupos econômicos e de intermediários da cultura. Por isso se juntam para retirar da internet as possibilidades de livre criação e de compartilhamento de bens culturais de conhecimento.

No Brasil, um projeto substitutivo sobre crimes na internet, aprovado e defendido pelo Senador Azeredo, está para ser votado na Câmara dos Deputados. Seu objetivo é criminalizar práticas cotidianas na internet, tornar suspeitas as redes P2P, que são redes de distribuição de conteúdo, impedir a existência de redes abertas, reforçar o DRM, que é outra rede de distribuição de conteúdo, que impedirá o livre uso de aparelhos digitais. Entre outros absurdos, o projeto quer transformar os provedores de acesso em uma espécie de polícia privada. O projeto coloca em risco a privacidade dos internautas e, se aprovado, elevará o já elevado custo de comunicação no Brasil.

Nós, que somos mineiros, temos uma responsabilidade a mais em combater esse projeto, por ser de autoria de um Senador do nosso Estado. Gostaríamos, assim, de convidá-lo para participar do ato público que será realizado no dia 1º de junho, segunda-feira próxima, às 19h30min, no Teatro da Cidade - Rua da Bahia esquina com Avenida Álvares Cabral -, e contará com a presença dos seguintes debatedores: Prof. Sérgio Amadeu, professor da pós-graduação da Faculdade de Comunicação Cásper Líbero em São Paulo, e Prof. Idelber Avelar, professor titular na Universidade de Nova Orleans, nos Estados Unidos da América."

Fica aqui o nosso convite para que possamos acompanhar de perto a tramitação desse projeto, que já estamos denominando de "AI-5 Digital". Aquele mesmo Senador que, quando governou Minas Gerais, quebrou o Estado, deixando uma dívida estrondosa, e que foi um desastre na condução das contas públicas de Minas, agora quer "quebrar" a internet, acabar com a liberdade de comunicação que ela propicia. Então, faça esse convite para o evento a ser realizado segunda-feira, dia 1º de junho, às 19h30min.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção. Quero parabenizá-lo pela brilhante condução dos trabalhos nesta Casa.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - No findar dos trabalhos do Plenário desta semana, gostaria, mais uma vez, de dizer que realmente devemos acreditar, ter persuasão, estar mobilizados de forma permanente, pois é desse jeito que alcançamos as vitórias.

Foi uma grande vitória, principalmente do Bloco PT-PCdoB, e outros Deputados contribuíram também, a resposta ao pedido de urgência solicitado pelo Governador. Ele não queria retirar o projeto, mas votá-lo aqui, goela abaixo, sem discussão, sem aprofundamento, sem fazer as mudanças necessárias. Na nossa avaliação, e na minha avaliação pessoal, o único objetivo desse projeto era aumentar o valor da tarifa de água no Estado de Minas Gerais, criando uma agência para homologar as decisões do governo, para fazer o que ele quer. Nós, com muita pressão, muita mobilização, acreditando que era possível convencer o governo, conseguimos fazer com que ele retirasse o pedido de urgência, porque, com esse pedido, já era para o projeto estar sendo votado, o que traria a pauta, além de que ele seria aprovado sem as mudanças necessárias. Agora ganhamos um tempo, um fôlego, para aprofundarmos as discussões. Por quê?

Em 2007, foi sancionada uma lei, pelo Presidente Lula, considerada o maior marco regulatório do setor de saneamento público do Brasil. Essa lei, que representou grande avanço e que foi um acontecimento histórico, torna obrigatória a criação de agência para regular o setor de saneamento público no Brasil. Qualquer reajuste ou análise de mudanças e de concessões relativas a água e esgoto só poderiam ser feitas por essa agência, que precisa sofrer controle social e contar com a participação da sociedade.

Todavia, chegou um projeto vergonhoso a esta Casa, que não garante a participação dos Municípios e da população nem prevê concurso público para seleção de servidores. Haverá livre nomeação por parte do governo do Estado. Fizemos os questionamentos e conseguimos retirar o pedido de urgência. Agora teremos a possibilidade de tentar fazer o convencimento para a realização das alterações. Ninguém é contrário à agência, cuja criação é obrigatória nos termos da Lei nº 11.445, de 2007.

Em Minas, houve casuísmo. Desde 2007, estamos questionando, na Justiça, os aumentos da conta de água e de esgoto da Copasa. Os aumentos ocorridos em Minas foram ilegais e foram definidos pela própria Secretaria de Estado em percentuais determinados em uma planilha, à qual a população não teve acesso. A sociedade tinha o direito de verificar se realmente era necessário aquele percentual de reajuste. Desde 2007, entramos com representações junto ao Ministério Público. Tivemos a felicidade de uma dessas representações resultar em uma ação civil ajuizada pelo Promotor Antônio Baeta. Por seu intermédio, conseguimos garantir uma liminar na Justiça que suspendeu o aumento do valor da tarifa da Copasa para este ano, a partir do mês de março. A população, a partir desse mês, já teria de pagar, se não tivéssemos conseguido derrubar a tarifa na Justiça, um aumento de cerca de 10% sobre o valor da conta de água. Conseguimos essa liminar, que suspendeu o

aumento. A Copasa fez de tudo para derrubá-la no Tribunal de Justiça, mas não conseguiu. Posteriormente, recorreu ao Superior Tribunal de Justiça e também não conseguiu derrubar essa liminar. No processo, a Copasa afirmou que enfrentaria muitas dificuldades financeiras se não aumentasse o valor da conta de água. Disse até mesmo que o não aumento das tarifas inviabilizaria investimentos e traria problemas. O Presidente do STJ, não acreditando na Copasa, afirmou, em seu despacho, que a Companhia não havia conseguido provar a necessidade do aumento. O pedido foi negado, e o valor da conta de água não sofreu aumento no nosso Estado. A Copasa, em virtude da não existência de uma agência para regular o setor, enviou um projeto a esta Casa a fim de criá-la. Todavia, em vez de propor a criação de uma agência de saneamento, que trataria da água, do esgoto e da rede fluvial, propôs um projeto que trata apenas da água, para resguardar o interesse de aumentar o valor da sua conta. O próprio Diretor da Copasa, em entrevista a vários jornais, disse que, tão logo a agência fosse criada, aumentaria a tarifa de água no nosso Estado, o que foi uma grande irresponsabilidade. Uma agência, com a responsabilidade de fiscalizar e de regular o setor no nosso Estado, e não de aumentar o valor da conta de água, seria muito importante. Conseguimos que o governo retirasse o pedido de urgência em relação ao projeto, esperando fazer as modificações necessárias para que o cidadão mineiro seja respeitado, já que consideramos a água como um bem público essencial.

Gostaria de agradecer-lhes. Conclamo, mais uma vez, toda a população para a mobilização, para a luta. Somente assim será possível conquistarmos vitórias.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/6/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Sueli Teixeira Gomes Miranda do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

nomeando Marília Naves Gonçalves de Almeida para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Carlos Gomes

exonerando João Bôsko Calais Filho do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando Ana Inês Alves de Sousa do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Ana Maria Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Daniel Paiva Moraes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;

nomeando Sebastião Geraldo Soares para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Ailton Barbosa Lima do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando Ana Maria Ferreira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Otoniel Santos Alves do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

nomeando Ailton Barbosa Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Ana Inês Alves de Sousa para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

nomeando David de Oliveira Evangelista para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência.

### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Diviplan Forros e Divisórias Planejadas Ltda. ME. Objeto: execução de 3 projetos de cenários da TV Assembleia. Dotação orçamentária: 1011-01.031.729-4239(3.3.90.39). Vigência: 180 dias ou até a conclusão do seu objeto, o que ocorrer primeiro. Licitação: Pregão Eletrônico nº 7/2009.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços

contínuos de condutores de veículos automotores. Objeto do aditamento: revisão, nos termos da cláusula sexta do contrato. Vigência: 12 meses, de 9/7/2009 a 8/7/2010. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 3.3.90.37(10.1)

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Paula Andrea Amaral Costa. Objeto: fornecimento de água mineral sem gás, envasada em garrações de makrolon ou similar, com capacidade de 20 litros, lacrados, bem como o empréstimo, em regime de comodato, de 150 garrações, com as respectivas grades plásticas, e de 50 bebedouros elétricos, incluindo a manutenção destes. Objeto do aditamento: ampliação do objeto em 25%. Vigência: a partir da assinatura.

#### ERRATA

##### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.973/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/5/2009, na pág. 36, col. 2, na Conclusão, onde se lê:

"em turno único.", leia-se:

"em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça."